



**PREFEITURA
PORTO
ALEGRE**



UM ANO DE CONQUISTAS

2014, o ano da Copa em Porto Alegre, foi um período de conquistas dentro e fora do âmbito esportivo. A vinda do mundial para a nossa cidade proporcionou a realização de obras que, sem ela, seriam impossíveis. E não apenas as 14 grandes intervenções estruturantes que iniciamos na Capital. Também entregamos o Hospital da Restinga, novas linhas de lotação para a Zona Sul, avançamos no projeto do Metrô, inauguramos a ETE Serraria, dando um passo importante na consolidação do PISA, e mantivemos nossas finanças saudáveis, mesmo com um forte aperto no caixa, motivado pela necessidade de dar um atendimento cada vez melhor à população.

O Brasil vive um momento de crise e Porto Alegre não fica fora desse contexto. A pressão inflacionária também impactou negativamente os orçamentos municipais. Mesmo assim, empreendemos esforços permanentes, no sentido de qualificar os processos de aumento de receita, além de racionalização da despesa para, dessa forma, garantir os investimentos em obras e serviços que a população necessita, sem deixar de lado nossos compromissos com a área social. Uma vez mais, Porto Alegre orgulha-se de manter bem acima os percentuais constitucionais dos gastos com Saúde e Educação, além de atingir quatro vezes mais o total de recursos destinados à Assistência Social. Afinal de contas, não é à toa que, em alguns idiomas, a palavra crise também pode ser traduzida como “oportunidade”.

Dentro desse contexto, os contratos de gestão, implantados em 2013, são mais do que mera formalização de ações e metas a serem atingidas por secretarias, autarquias e empresas municipais. Constituem-se em compromissos que assumimos com



a cidade para buscar a melhoria contínua dos serviços prestados. Reafirmando, assim, nosso entendimento de que qualificar a gestão é o primeiro passo para oferecer mais e melhores resultados aos cidadãos.

O desafio de planejar uma cidade com mais qualidade de vida está registrado neste balanço, que elevou o nível de transparência, já reconhecido nacionalmente, abrindo a movimentação das finanças municipais, que demonstram o rigor com que tratamos o recurso público. E tudo isso sem esquecer de lançar nosso olhar para o futuro, certos de que estamos seguros das decisões tomadas e orgulhosos das sementes plantadas na direção de uma Porto Alegre mais justa, solidária e democrática para todos.

José Fortunati
Prefeito de Porto Alegre

ÓRGÃOS DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

Integram o Balanço Consolidado os poderes Legislativo e Executivo municipais. Neste último estão incluídos os seguintes órgãos:

ADMINISTRAÇÃO DIRETA:

- Gabinete do Prefeito
- Procuradoria - Geral do Município – PGM
- Departamento de Esgotos Pluviais – DEP
- Secretaria Municipal de Esportes, Recreação e Lazer- SME
- Secretaria Municipal de Segurança – SMSEG
- Secretaria Municipal de Direitos Humanos – SMDH
- Secretaria Municipal de Planejamento Estratégico e Orçamento – SMPEO
- Secretaria Municipal da Cultura – SMC
- Secretaria Municipal da Administração – SMA
- Secretaria Municipal da Fazenda – SMF
- Secretaria Municipal de Obras e Viação – SMOV
- Secretaria Municipal de Educação – SMED
- Secretaria Municipal de Produção, Indústria e Comércio – SMIC
- Secretaria Municipal dos Transportes – SMT
- Secretaria Municipal de Saúde – SMS
- Secretaria Municipal de Urbanismo – SMURB
- Secretaria Municipal do Meio Ambiente – SMAM
- Secretaria Municipal de Governança Local – SMGL

- Secretaria Municipal da Juventude – SMJ
- Secretaria Municipal de Acessibilidade e Inclusão Social – SMACIS
- Secretaria Municipal de Turismo – SMTUR
- Secretaria Extraordinária da Copa de 2014 – SECOPA
- Secretaria Especial dos Direitos Animais – SEDA
- Secretaria Municipal do Trabalho e Emprego – SMTE

ADMINISTRAÇÃO INDIRETA:

- Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB
- Departamento Municipal de Água e Esgoto – DMAE
- Departamento Municipal de Limpeza Urbana – DMLU
- Fundação de Assistência Social e Cidadania – FASC
- Departamento Municipal de Previdência de Servidores Públicos do Município de Porto Alegre – PREVIMPA

NOTA: Embora não integrem o Balanço Consolidado, por estarem sujeitas a regulamentos próprios, é importante mencionar três empresas sob o controle do município que também executam políticas públicas:

- Empresa Pública de Transporte e Circulação – EPTC
- Companhia de Processamento de Dados do Município de Porto Alegre - PROCEMPA
- Companhia Carris Porto Alegre

2014: ANO DE EQUILÍBRIO PARA PORTO ALEGRE

O ano de 2014 foi de conquistas para o Executivo e para a Secretaria Municipal da Fazenda. Retomamos o equilíbrio orçamentário e primário, após dois anos de déficit; nos habilitamos para novos financiamentos nacionais e internacionais, e, de quebra, foi superada a meta de arrecadação. Fruto de um trabalho de modernização, implantamos a Nota Fiscal de Serviços Eletrônica e o ISS teve crescimento de 4,2% acima da inflação. O IPTU cresceu 6% e o Fundo de Participação dos Municípios também colaborou, alcançando 17%.

Porto Alegre vem experimentando um nível de investimentos públicos relevantes e deve se manter assim. Além de grandes investimentos em mobilidade, financiados pela Caixa Federal, surge agora a ampliação de cerca de R\$ 450 milhões voltados à educação, revitalização da orla e repavimentação de vias, por meio do BID e do Banco de Desenvolvimento da América Latina.

A Secretaria da Fazenda inovou, e com a venda pública dos índices de potencial construtivos está autofinanciando a cidade, com receita de R\$ 132,3 milhões. Com a contratação na modalidade pregão pela Área de Compras, garantimos uma economia de R\$ 94,4 milhões aos cofres municipais, e o pagamento em dia dos fornecedores.

No plano de gestão, a contribuição das secretarias permitiu maior eficiência nos gastos. As despesas

empenhadas cresceram 2,4% acima da inflação e as receitas realizadas cresceram 11%. Porto Alegre manteve os altos níveis de investimentos na educação, 28,63%, e na saúde 21,27%, muito acima do previsto na Constituição.

Se em 2014 conseguimos o equilíbrio orçamentário, nossa responsabilidade para 2015 aumenta. Temos de mantê-lo, reforçar as novas ferramentas de gestão em todas as áreas e seguirmos nesta rota de crescimento, investindo na qualificação do corpo técnico e em tecnologia da informação. A nossa meta será fazer da Secretaria da Fazenda de Porto Alegre referência para o País.

Jorge Tonetto

Secretário da Fazenda de Porto Alegre

SUMÁRIO

PRESTAÇÃO DE CONTAS	08
Resultado Positivo Retorna em Benefícios para Cidade	09
Transparência: Avanços para a Gestão e o Controle Social	10
Resultado Orçamentário	11
Composição da Receita em 2014	13
Composição da Despesa em 2014	14
Origem dos Recursos	15
Receitas Correntes	17
Evolução das Receitas Próprias - Tributárias	18
Modernização da Administração Tributária	19
Evolução das Demais Receitas Próprias	22
Evolução das Receitas de Terceiros	23
Principais Transferências	24
Receita de Capital - 2014	26
Controladoria - Geral do Município	27
Destino dos Recursos	28
Despesas por Natureza dos Gastos - 2014	29
Investimentos	30
Despesas por Função de Governo	31
Despesas por Função de Governo	32
Síntese de Origens e Comprometimento de Recursos do Exercícios de 2014	33

GESTÃO FISCAL	35
Receita Corrente Líquida	36
Despesas com Pessoal	37
Saúde	39
Ensino	40
Dívida Consolidada Líquida	41
Resultado Nominal	42
Resultado Primário	42

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	43
--------------------------------	-----------

SIGLAS	48
---------------	-----------

CONCEITOS	49
------------------	-----------

EXPEDIENTE	51
-------------------	-----------

PRESTAÇÃO DE CONTAS

Foto: Hudson Nogueira/Divulgação PMPA



RESULTADO POSITIVO RETORNA EM BENEFÍCIOS PARA CIDADE

O município de Porto Alegre registrou um resultado superavitário em 2014 de R\$ 269,3 milhões, enquanto em 2013 o resultado foi deficitário em R\$ 158,7 milhões, em valores atualizados pelo IPCA.

A receita consolidada em 2014 foi de R\$ 5,5 bilhões, com um crescimento de 11,%. Já as despesas empenhadas foram de R\$ 5,2 bilhões, com crescimento de 2,27%.

Fruto do esforço de toda administração municipal no enfrentamento da crise econômica que afeta o país, com um planejamento baseado em contratos de gestão, foi possível assegurar índices acima da média das demais capitais brasileiras, cujos balanços exibem resultados desfavoráveis, da mesma forma que alguns estados e a própria União.

Preocupada não apenas com a arrecadação de tributos, mas potencializando recursos sem provocar aumentos, a atuação da Secretaria Municipal da Fazenda permitiu uma fiscalização mais adequada, com apoio da utilização da nota fiscal eletrônica e a atualização do cadastro de imóveis.

O resultado primário positivo que chegou a R\$ 50,9 milhões, depois de dois anos de déficits, também assegura o acesso a fontes externas, tendo sido inclusive superior à meta de R\$ 36,4 milhões contida na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). O município recuperou a capacidade de buscar recursos para investimentos, que em 2015 devem chegar a R\$ 700 milhões.

E como já tem se tornado frequente nos últimos anos, a capital gaúcha superou os percentuais exigidos pela Constituição Federal de aplicação de recursos nas áreas da Saúde e Educação. Na Saúde, foram aplicados R\$ 590,4 milhões ou 21,27% dos impostos e transferências, quando a exigência Constitucional é de 15%. Já para a Educação foram destinados R\$ 797,1 milhões, representando 28,63% diante dos 25% definidos pela Constituição. Além dessas duas áreas, outras que receberam maior repasse de recursos foram: urbanismo, R\$ 232,8 milhões, saneamento, R\$ 791,1 milhões, e habitação, R\$ 100,1 milhões.

O cenário macroeconômico aponta um 2015 de dificuldades e iniciar o ano com as contas em dia, permitirá ao Executivo administrar os recursos dando prioridade à manutenção do equilíbrio entre receitas e despesas, sem reduzir a qualidade dos serviços prestados à população.

Ao apresentar o Balanço Geral do Município de Porto Alegre de 2014, elaborado dentro das determinações da lei orgânica e das normas que regem o tema, a Prefeitura divide com a sociedade, de forma transparente, os esforços realizados para garantir os serviços prestados aos cidadãos e os investimentos em melhorias na cidade. Os dados têm como fonte os sistemas de Contabilidade (CTB), Controle de Arrecadação Municipal (CAM) e Despesa Orçamentária (SDO).

TRANSPARÊNCIA: AVANÇOS PARA A GESTÃO E O CONTROLE SOCIAL

No ano de 2014, a cidade de Porto Alegre avançou na transparência das contas públicas com novas informações disponibilizadas ao cidadão e com o reconhecimento de órgãos externos que monitoram a qualidade e abrangência dos dados públicos.

Uma das principais iniciativas foi a adesão total ao Portal Transparência, com a disponibilização de dados contábeis da Carris, Empresa Pública de Transporte e Circulação (EPTC), Procempa e Instituto Municipal de Estratégia de Saúde da Família (Imesf). A adesão complementa os dados publicados desde a criação do Portal, em 2010, e está de acordo com a lei que o criou, na qual está prevista a divulgação dos dados das entidades que possuem regime contábil diferenciado da administração direta. Os dados foram publicados em dezembro, com oito módulos de receitas, despesas, licitações, convênios e contrato, diárias e passagens, quadro funcional, folha de pagamento e demonstrações contábeis.

A capital gaúcha tem trabalhado para ampliar a transparência de dados públicos, tendo lançado em 2013 o DataPOA, iniciativa que envolve governo, universidades, instituições e outros grupos e propõe uma mudança na relação entre as pessoas e o governo, estimulando o engajamento do cidadão no desenvolvimento de soluções. A prática de Open Data foi estabelecida como política pública permanente, inovando na administração local.

Ampliando ainda mais o controle social, a Lei de Acesso à Informação (Lei 12.527/2011)

também garantiu novos instrumentos para que o cidadão acione a administração e solicite dados não disponíveis. Em maio de 2012, a Prefeitura disponibilizou de forma pioneira o Serviço de Informações ao Cidadão. Com o SIC, as solicitações podem ser feitas pela internet, pelo telefone 156, ou ainda da forma presencial, por meio da Sala da Transparência, onde o cidadão tem atendimento personalizado. Até dezembro de 2014, o SIC havia contabilizado 1.799 pedidos de informações. Para o ano de 2015, há iniciativas voltadas à melhoria da “usabilidade” do Portal Transparência, tornando a ferramenta ainda mais acessível. São cerca de 400 mil acessos de usuários desde a criação do Portal, com 7,8 milhões de visualizações de página.



Foto: Ivo Gonçalves/PMPA

RESULTADO ORÇAMENTÁRIO

O orçamento da Prefeitura para 2014, proposto pelo Executivo e aprovado pela Câmara Municipal, foi de R\$ 6,002 bilhões. A receita arrecadada chegou a R\$ 5,554 bilhões, o que representa a execução de 92,54% da previsão da receita orçamentária.

Mesmo diante de um cenário econômico desfavorável, a Prefeitura encerrou o exercício com superávit nas contas. O resultado orçamentário positivo ultrapassou os R\$ 269 milhões, recuperando os déficits acumulados dos últimos dois anos.

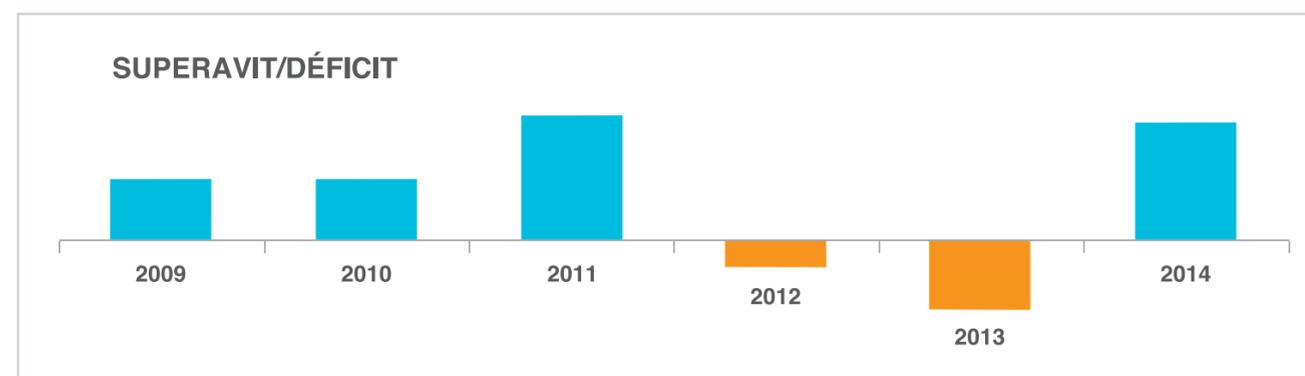
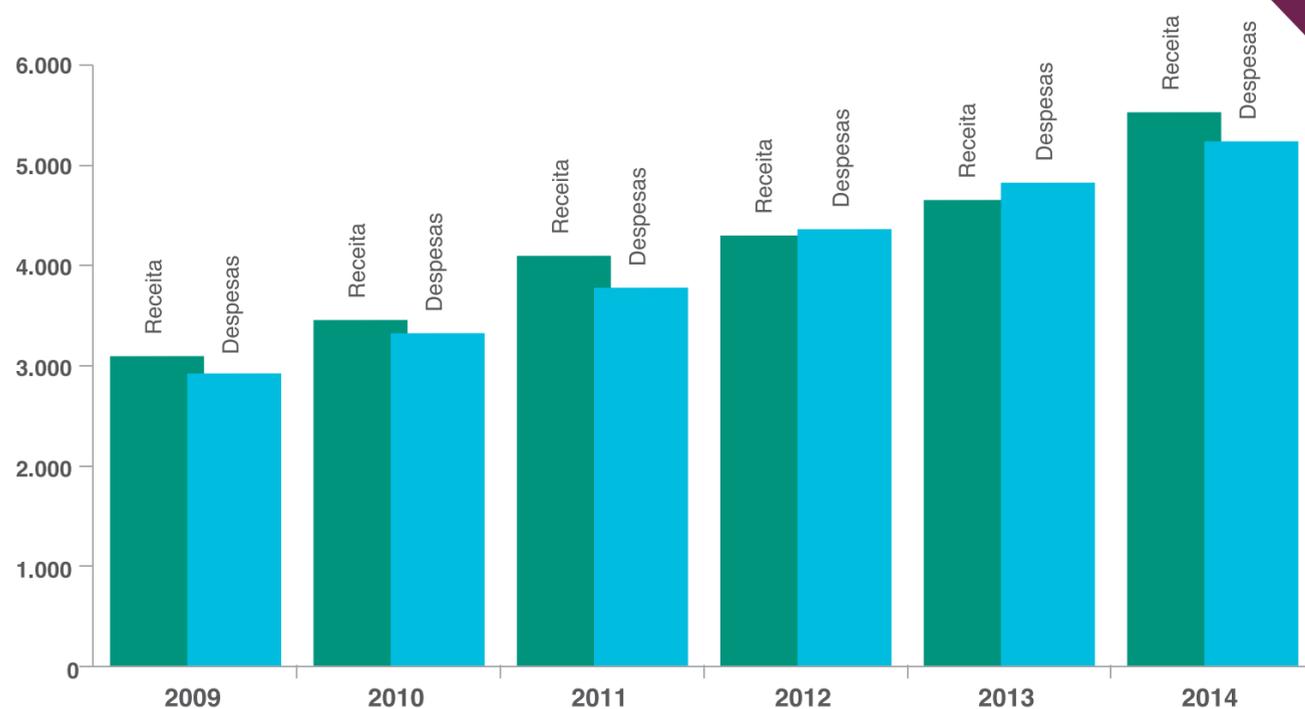
O crescimento na arrecadação tributária própria foi da ordem de 10,21%, contra uma inflação medida pelo IPCA de 6,40%.

Nas páginas que seguem, os diagramas apresentam a composição das receitas e das despesas por categoria econômica, com os respectivos valores referentes ao exercício financeiro de 2014 e em alguns casos comparando com exercícios anteriores.



Foto: Anselmo Cunha/PMPA

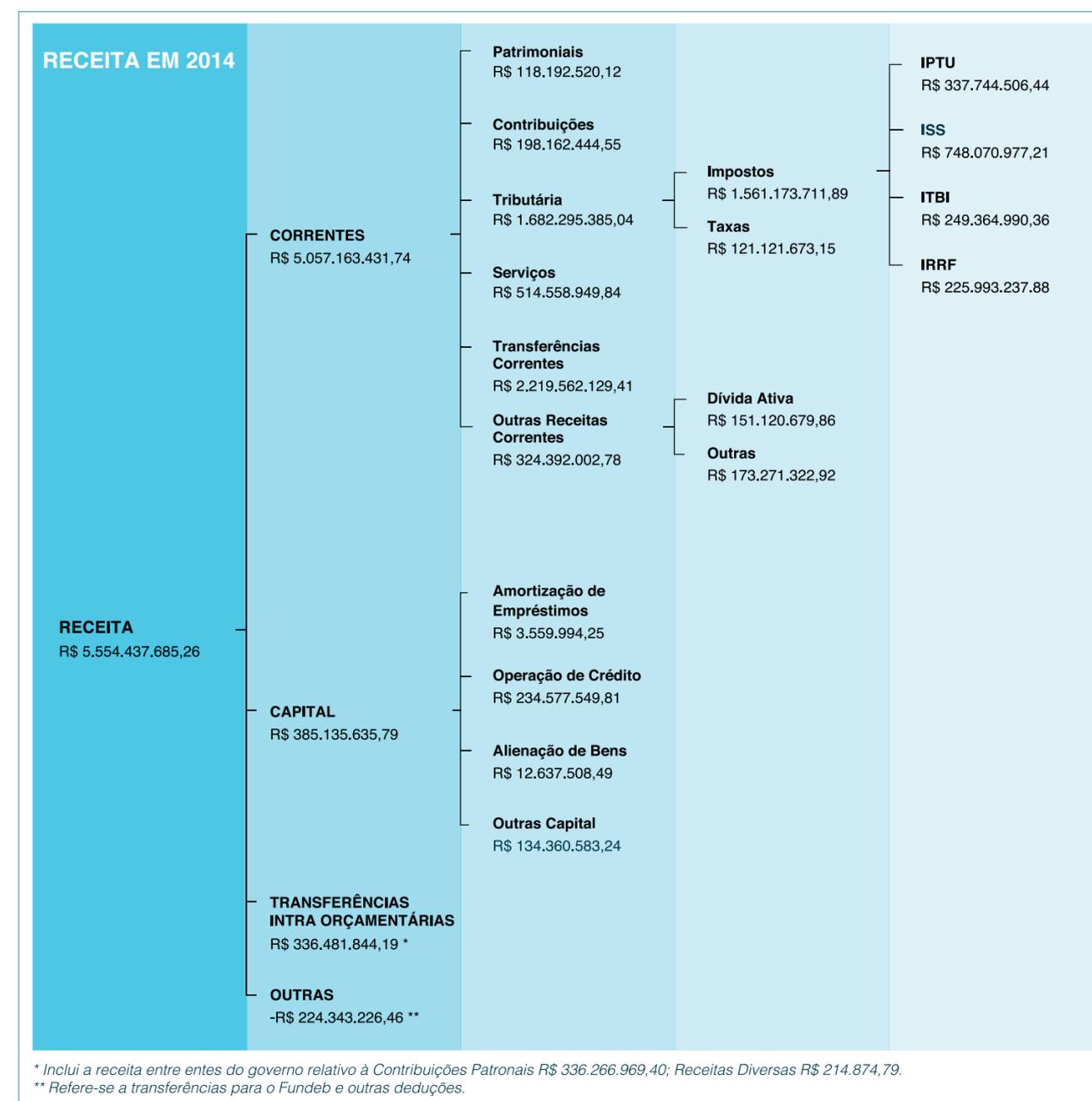
COMPOSIÇÃO DA RECEITA EM 2014



Valores Nominais (Em mil R\$)	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Receita	3.122.662	3.522.272	4.131.147	4.342.727	4.706.909	5.554.437
Despesas	2.969.869	3.378.386	3.837.765	4.402.255	4.856.089	5.285.049
Superavit/Déficit	152.793	143.886	293.382	-59.528	-149.179	269.388

Valores Corrigidos (Em mil R\$)	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Receita	4.201.239	4.474.476	4.927.508	4.894.132	5.008.509	5.554.437
Despesas	3.995.671	4.291.692	4.577.571	4.961.218	5.167.248	5.285.049
Superavit	205.568	182.784	349.937	-67.086	-158.738	269.388

atualizado pelo IPCA



* Inclui a receita entre entes do governo relativo à Contribuições Patronais R\$ 336.266.969,40; Receitas Diversas R\$ 214.874,79.

** Refere-se a transferências para o Fundeb e outras deduções.

COMPOSIÇÃO DA DESPESA EM 2014

ORIGEM DE RECURSOS

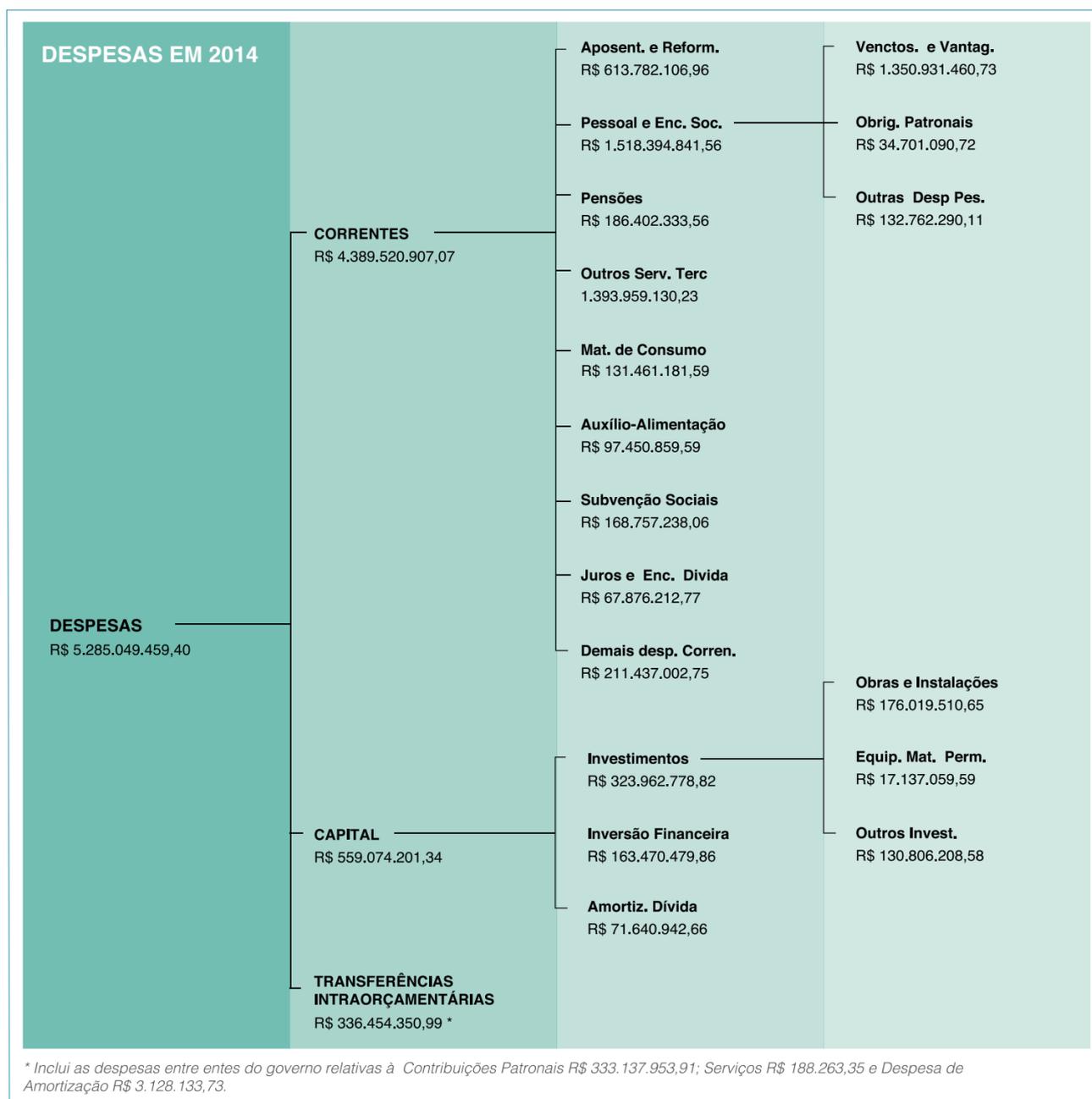


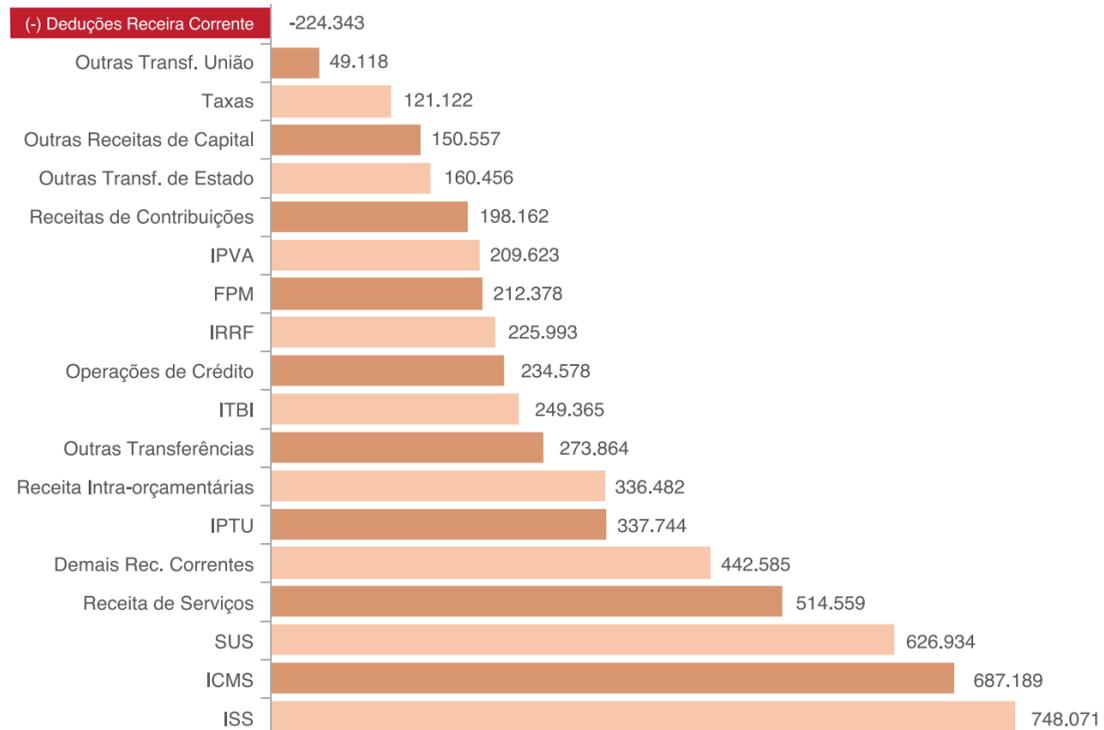
Foto: Samuel Maciel/PMPA

A receita total da Prefeitura cresceu nominalmente mais de 18% em 2014, na comparação com 2013. Analisando a arrecadação por itens Individualizados, segregada, somente a arrecadação das receitas tributárias (ISS, IPTU, ITBI, IRRF e Taxas) foi responsável por 30,29 % da receita total, acompanhada pelas transferências do Estado

e da União que contribuíram 19,03% e 15,99%, respectivamente, com o montante da receita no exercício de 2014.

Os quadros e gráficos apresentam a composição da receita, a comparação com a receita nominal de 2013, e os próximos itens apresentam a sua evolução nos exercícios de 2010 a 2014.

RECEITAS CORRENTES



RECEITAS ARRECADADAS			
Em mil R\$	2013	2014	Crescimento 2013/2014
Receita Corrente	4.455.265	5.057.163	
Receitas Tributárias:	1.526.357	1.682.295	10,22%
IPTU	299.774	337.744	12,67%
IRRF	206.576	225.993	9,40%
ITBI	236.403	249.365	5,48%
ISS	675.507	748.071	10,74%
Taxas	108.097	121.122	12,05%
Receita de Serviços	483.845	514.559	6,35%
Receita de Contribuições	189.396	198.162	4,63%
Transferências Correntes:	1.966.718	2.219.562	12,86%
Transferência da União	780.637	888.430	13,81%
FPM	170.664	212.378	24,44%
SUS	572.145	626.934	9,58%
Outras Transf. União	37.828	49.118	29,85%
Transferência do Estado	917.425	1.057.268	15,24%
ICMS	635.471	687.189	8,14%
IPVA	203.727	209.623	2,89%
Outras Transf. Estado	78.227	160.456	105,12%
Outras Transferências	268.655	273.864	1,94%
Demais Rec. Correntes	288.949	442.585	53,17%
Receita de Capital	154.683	385.135	148,98%
Operações de Crédito	115.716	234.578	102,72%
Outras Receitas de Capital	38.967	150.557	286,37%
Receita Intra-orçamentárias	311.840	336.482	7,90%
(-) Deduções da Receita Corrente	-214.879	-224.343	4,40%
RECEITA TOTAL	4.706.909	5.554.437	18,01%

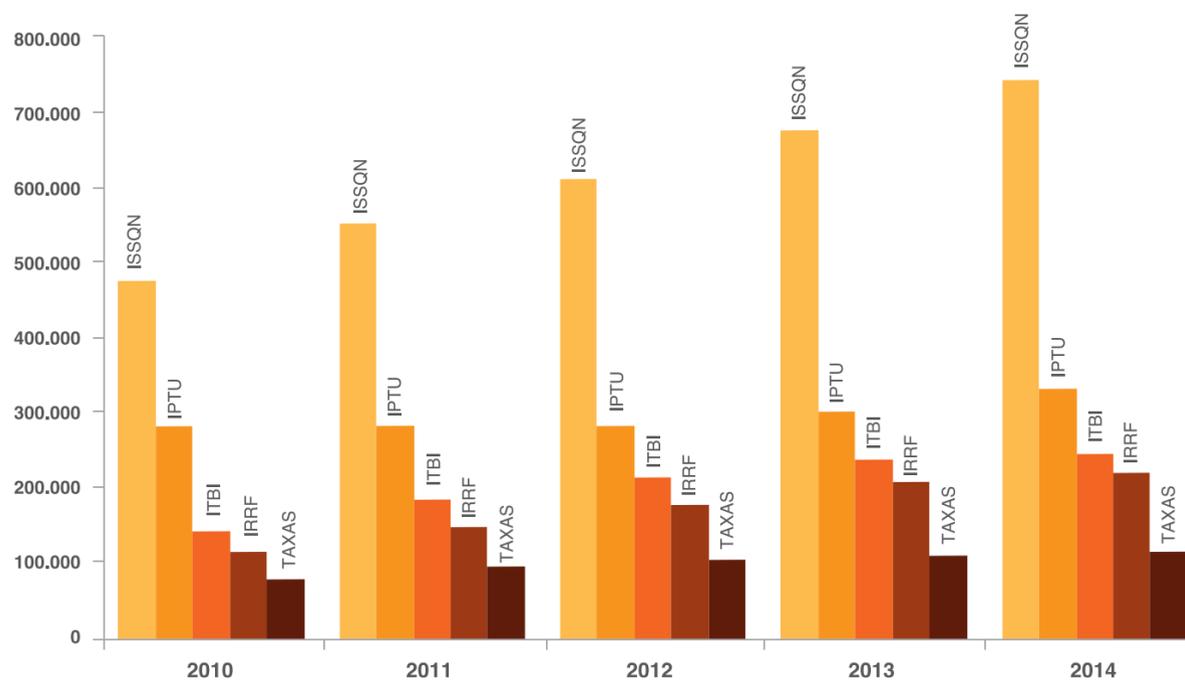


Foto: Ricardo Giusti/PMPA

As receitas tributárias tiveram um incremento nominal em 2014 de 10,21% em relação ao ano anterior. Porém, em termos reais, considerando o

IPCA acumulado em 12 meses de 6,40% do ano de 2014, houve uma variação positiva de 3,58% em 2014 em relação a 2013.

EVOLUÇÃO DAS RECEITAS PRÓPRIAS - TRIBUTÁRIAS



VALORES NOMINAIS (EM MIL R\$)	2010	2011	2012	2013	2014
ISSQN	R\$ 486.788	R\$ 556.058	R\$ 610.512	R\$ 675.508	R\$ 748.071
IPTU	R\$ 276.018	R\$ 287.061	R\$ 282.418	R\$ 299.774	R\$ 337.744
ITBI	R\$ 153.719	R\$ 188.668	R\$ 214.123	R\$ 236.403	R\$ 249.364
IRRF	R\$ 126.379	R\$ 151.365	R\$ 177.194	R\$ 206.576	R\$ 225.993
Taxas	R\$ 91.288	R\$ 99.610	R\$ 103.686	R\$ 108.097	R\$ 121.121

VALORES CORRIGIDOS (EM MIL R\$)	2010	2011	2012	2013	2014
ISSQN	R\$ 618.385	R\$ 663.249	R\$ 688.030	R\$ 718.792	R\$ 748.071
IPTU	R\$ 350.636	R\$ 342.398	R\$ 318.277	R\$ 318.982	R\$ 337.744
ITBI	R\$ 195.275	R\$ 225.038	R\$ 241.311	R\$ 251.551	R\$ 249.364
IRRF	R\$ 160.544	R\$ 180.544	R\$ 199.693	R\$ 219.813	R\$ 225.993
Taxas	R\$ 115.967	R\$ 118.812	R\$ 116.851	R\$ 115.023	R\$ 121.121

MODERNIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA

A Secretaria Municipal da Fazenda investiu na modernização tributária do município, ampliando o trabalho das equipes de arrecadação e fiscalização, e implantou ações que estimulam o desenvolvimento da economia, a geração de empregos e a melhor prestação de serviços.

Nota Fiscal de Serviços Eletrônica

Fruto de um trabalho de modernização na Secretaria Municipal da Fazenda, foi implantada a Nota Fiscal de Serviços Eletrônica. Mais de duas mil empresas já estão cadastradas na Nota Fiscal de Serviços Eletrônica de Porto Alegre, implantada em novembro, sendo que a partir de abril de 2015 todos os prestadores de serviços com receita anual de R\$ 240 mil ou superior deverão ingressar no sistema. Além de resultar no aumento de arrecadação sem impactos na carga tributária, a NFS-e traz melhorias no controle fiscal, reduzindo a sonegação.

Leilão de Índices Construtivos

A Secretaria da Fazenda inovou, e com a venda pública dos índices de potencial construtivos está sendo possível o autofinanciamento da cidade. No total do ano, os dois leilões de índices construtivos realizados pela SMF somaram R\$ 132,3 milhões. Os valores serão integralmente destinados às obras de infraestrutura, de implantação do Metrô, do Sistema Bus Rapid Transit (BRT) e das obras em andamento do Pró-Transporte, como Voluntários da Pátria, Cristóvão Colombo, Anita Garibaldi, Plínio Brasil Milano, Bento Gonçalves, Av. Tronco, dentro das regras definidas pelo Fundo da Copa do Mundo de 2014 (Funcopa).

RecadastraPoa

Prosseguimos com o foco no aerolevanteamento, revisando e incluindo 100 mil áreas omissas no cadastro

imobiliário, com a seleção inicial de 16.500 lotes fiscais para recadastramento. O RecadastraPOA é a etapa final do programa, iniciado em 2010 e que faz parte do projeto de modernização da base de dados urbanos da Capital. Compreende a atualização da base cartográfica do município, que hoje utiliza o sistema de 1903, além da renovação do cadastro imobiliário, que é de 1957. As informações atualizadas ajudarão a prefeitura no planejamento urbano e futuras melhorias na cidade.

Pregão Eletrônico

Área responsável pelas licitações de compras e serviços da administração centralizada e gerenciador do sistema de registro de preços para toda Administração Municipal, por meio da utilização do pregão, gerou economia aos cofres municipais na ordem de R\$ 94,4 milhões, mantendo o pagamento em dia dos fornecedores.

Loja de Atendimento

A Secretaria da Fazenda investiu nos serviços prestados aos contribuintes, desenvolvendo ações de melhorias, como a expansão do atendimento eletrônico e por telefone. Em 2014 foram 209.571 atendimentos presenciais e 177.588 atendimentos remotos, totalizando 387.159 atendimentos. A média diária de atendimentos foi de 800 presenciais, 640 por telefone e 120 por e-mails. Foram disponibilizados o resultado dos serviços de inscrição de ISSQN, alteração de ISSQN e averbação de IPTU na internet, além de certidões de cadastro de IPTU e acompanhamento da tramitação de todos os serviços protocolados. Para a pesquisa de satisfação foram adquiridos novos equipamentos opinômetros, criando melhores condições de monitoramento e acompanhamento dos resultados. Em 2014 foi atingido o índice de 97% nos conceitos Bom e Ótimo.

Incentivos Fiscais

Em 2014 a Prefeitura manteve diversos incentivos fiscais, beneficiando diretamente com isenções e reduções de alíquota a população de baixa renda e os setores da economia que geram emprego. Tais incentivos foram definidos criteriosamente, em discussão com os setores envolvidos, de forma a criar oportunidade de crescimento da prestação de serviço, ampliar vagas de trabalho e viabilizar projetos e investimentos importantes para a população de Porto Alegre.

Gráficas e beneficiamento

Em 2014 foi mantida por mais um ano a redução de alíquota do setor de beneficiamento (de 5% para 2,5%) e tornada definitiva a alíquota de 2,5% para o setor gráfico. Objetiva-se impulsionar as atividades desse setor econômico e atrair novos empreendimentos à cidade.

Franquias, serviços metroviários e aquaviários de transporte de pessoas, serviços de fornecimento de mão de obra em caráter temporário

Em 2014 foi reduzida a alíquota dos serviços de franquia, passando a ser de 2,5% até o final de 2015. Alíquota idêntica foi aplicada aos serviços de fornecimento de mão de obra em caráter temporário, porém vigendo até o final de 2016. Para os serviços metroviários e aquaviários de transporte de pessoas a mesma alíquota foi tornada definitiva.

Ônibus

O serviço público de transporte coletivo por ônibus passou a receber isenção de ISS, em julho de 2013, benefício que valerá até 31 de dezembro de 2016.

Parcelamento do ITBI

A possibilidade de pagamento parcelado do ITBI, iniciada em fevereiro de 2013, foi estendida até 31 de dezembro de 2017.

Minha Casa, Minha Vida

ISSQN – Manteve-se a isenção para empreendimentos destinados à população com renda de até três salários mínimos, com o objetivo de desonerar o custo final dos imóveis para a população de baixa renda.

ITBI

Desde 2009, o município também isenta de ITBI nas aquisições de moradias pelo programa federal as famílias na faixa salarial até seis salários mínimos. Milhares de famílias foram beneficiadas com a isenção. Em 2014 foi incluído um teto para o valor da estimativa fiscal do imóvel, definido em 55.000 UFM's.

Em 2014 foi definida a isenção de ITBI para cooperativas, associações ou entidades privadas, sem fins lucrativos, habilitadas no Ministério das Cidades, nas aquisições de terrenos destinados à construção de casa própria a famílias de baixa renda, no âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida – Entidades que se enquadrem na Faixa I de que trata a Lei Federal nº 11.977.

Taxistas

Os proprietários de um único taxi continuam contando com a isenção de ISS, a partir da solicitação. Milhares de taxistas estão sendo beneficiados com a isenção.

Imóveis rurais

O imóvel que comprovadamente seja utilizado para exploração extrativa vegetal, agrícola, pecuária ou agroindustrial e que esteja localizado na 3ª Divisão Fiscal continua com o benefício da não incidência do IPTU.

IPTU de terrenos

Excetuados da regra geral, continua mantida para os terrenos para o qual exista projeto arquitetônico aprovado uma alíquota diferenciada: de 0,95% se o projeto for de imóvel residencial e de 1,20% se de imóvel não residencial. Para terreno em loteamento regular é assegurada uma alíquota de 0,2% pelo prazo de dois anos. O terreno cuja edificação não for concluída em virtude de falência do empreendedor ou de sua destituição por abandono de obra, tendo os adquirentes, em condomínio, assumido a conclusão da obra, mantém o benefício de lançamento do IPTU com a alíquota predial.

Regularização fundiária

Manteve-se o benefício que impede o lançamento retroativo de IPTU quando do cadastramento das economias autônomas de núcleos habitacionais populares oriundos de regularizações promovidas por órgãos públicos, como COHAB, DEMHAB, ou processo de usucapião coletivo, desde que o valor venal da nova economia não ultrapasse a 25.000 UFMs (Unidades Financeiras Municipais). Da mesma forma, continuam remetidos os lançamentos de IPTU e TCL das áreas que deram origem às economias autônomas referidas acima. Em 2014 foi regrada a possibilidade de o Poder Executivo ficar dispensado de efetuar lançamentos por descumprimento de obrigações acessórias em

relação ao IPTU e à TCL relativos às economias já referidas, até dezembro de 2016.

UNIPOA

Foi mantida a redução de alíquota do ISS para estabelecimentos de educação superior que ofereçam curso na área de tecnologia, quando disponibilizarem ao Município de Porto Alegre bolsas de estudo equivalentes a no mínimo 4% do número total de suas matrículas a serem destinadas a estudantes carentes. A alíquota praticada é de 2%.

MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL

Em 2014 foi instituída isenção da Taxa de Fiscalização, Localização e Funcionamento, no primeiro ano de atividade do microempreendedor individual.

FEIRA DO LIVRO DE PORTO ALEGRE

Em 2014 foi concedida isenção de qualquer tipo de taxa para a Feira do Livro de Porto Alegre.

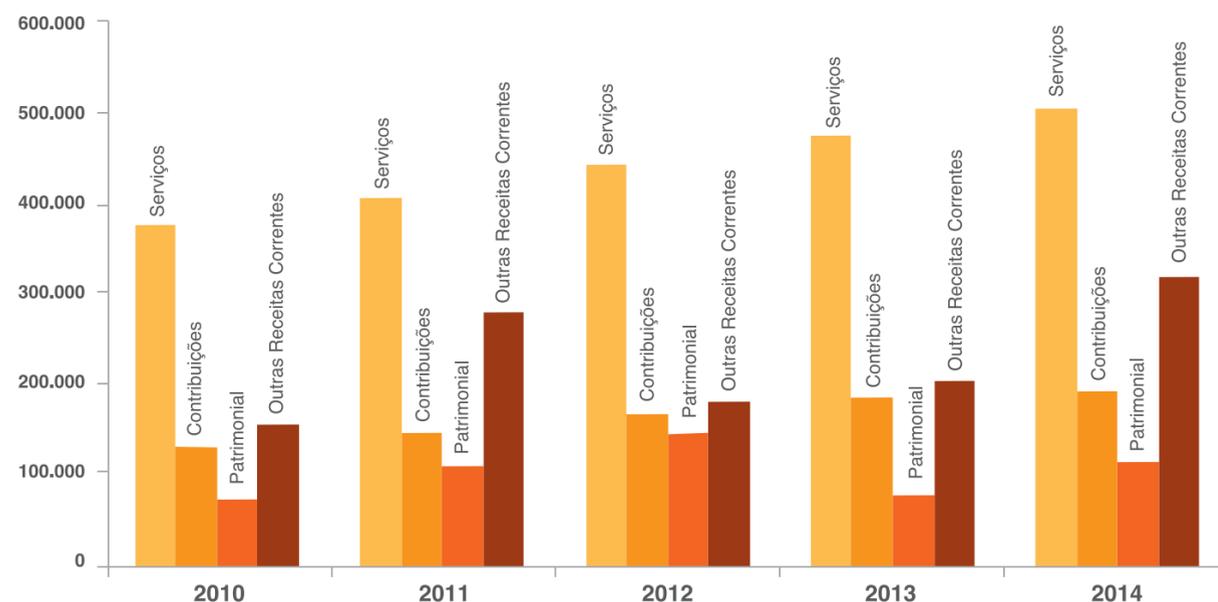
CEASA

Em 2014 foi concedida isenção do IPTU para a Central de Abastecimento do Estado do Rio Grande do Sul (Ceasa), em relação ao imóvel localizado na Avenida Fernando Ferrari, 1001, até 31 de dezembro de 2018. No mesmo ano foram concedidas remissão e anistia dos débitos referentes ao imóvel acima referido.

Associações Comunitárias de Quilombolas

Em 2014 foram concedidas remissão e anistia dos débitos de IPTU e TCL constituídos até 27/01/2014.

EVOLUÇÃO DAS DEMAIS RECEITAS PRÓPRIAS

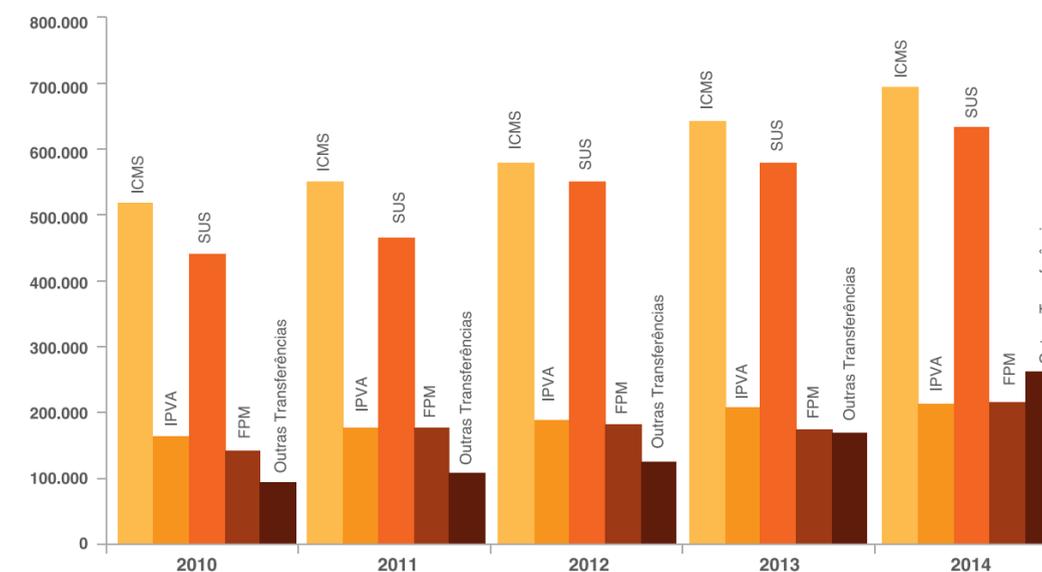


VALORES NOMINAIS (EM MIL R\$)	2010	2011	2012	2013	2014
SERVIÇOS	R\$ 384.041	R\$ 414.623	R\$ 452.118	R\$ 483.845	R\$ 514.559
CONTRIBUIÇÕES	R\$ 134.147	R\$ 150.754	R\$ 171.468	R\$ 189.396	R\$ 198.162
PATRIMONIAL	R\$ 76.421	R\$ 113.307	R\$ 150.809	R\$ 81.242	R\$ 118.192
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	R\$ 159.119	R\$ 286.415	R\$ 185.678	R\$ 207.707	R\$ 324.392

VALORES CORRIGIDOS (EM MIL R\$)	2010	2011	2012	2013	2014
SERVIÇOS	R\$ 487.862	R\$ 494.550	R\$ 509.524	R\$ 514.848	R\$ 514.559
CONTRIBUIÇÕES	R\$ 170.412	R\$ 179.815	R\$ 193.240	R\$ 201.532	R\$ 198.162
PATRIMONIAL	R\$ 97.081	R\$ 135.149	R\$ 169.958	R\$ 86.448	R\$ 118.192
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	R\$ 202.135	R\$ 341.627	R\$ 209.254	R\$ 221.016	R\$ 324.392

NOTA:
Serviços – Tarifa de água e esgoto (DMAE/DEP), editais e inscrição em concurso público, entre outros
Contribuições – Para a iluminação pública e para a previdência dos funcionários municipais
Patrimonial – Aluguéis de imóveis e dividendos
Outras Receitas Correntes – Dívida ativa, indenizações, restituições, multas e juros

EVOLUÇÃO DAS RECEITAS DE TERCEIROS



VALORES NOMINAIS (EM MIL R\$)	2010	2011	2012	2013	2014
ICMS	512.435	544.808	572.420	635.471	687.189
IPVA	160.713	173.814	184.816	203.727	209.623
SUS	436.671	461.601	546.337	572.145	626.934
FPM	138.011	173.394	179.244	170.664	212.378
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS	92.828	107.389	123.618	164.867	259.060

CÁLCULO FUNDEB / FUNDEF (Em Mil R\$)	2010	2011	2012	2013	2014
TRANSFERÊNCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	137.310	165.853	194.843	219.844	224.402
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	-164.679	-180.702	-188.781	-203.423	-223.545
TOTAL	-27.369	-14.849	6.062	16.421	857

VALORES CORRIGIDOS (EM MIL R\$)	2010	2011	2012	2013	2014
ICMS	650.966	649.831	645.101	676.189	687.189
IPVA	204.160	207.320	208.282	216.781	209.623
SUS	554.720	550.584	615.707	608.806	626.934
FPM	175.321	206.819	202.003	181.599	212.378
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS	117.923	128.090	139.314	175.431	259.060

PRINCIPAIS TRANSFERÊNCIAS

ICMS

O imposto é uma das principais fontes de receita dentre as transferências recebidas. Em 2014, correspondeu a 12,37% da receita total da Prefeitura. Cabe aos municípios, por determinação constitucional, 25% do valor arrecadado pelos estados com esse tributo.

Durante o censo, os fiscais revisam as guias informativas das empresas do ano anterior, corrigindo falhas nas informações ou identificando omissões, para apurar o Valor Adicionado Fiscal (VAF), que corresponde à movimentação econômica da cidade.

O incremento do VAF identificado durante os censos impulsionou o aumento da participação da Capital na divisão da arrecadação do tributo, já que essa variável é 75% do índice de retorno do ICMS. Os demais itens considerados são população (7%), área (7%), propriedades rurais (5%), produtividade primária (3,5%), relação inversa ao valor adicionado fiscal per capital dos municípios (2%) e programa de integração tributária (0,5%).

Fundo de Participação dos Municípios (FPM)

O FPM é uma transferência constitucional vinculada à arrecadação do Imposto de Renda e do Imposto sobre Produtos Industrializados. O Tesouro Nacional transfere aos Municípios o equivalente a 22,5% da receita de IPI e IR, com base num coeficiente de participação. Para as Capitais o coeficiente fixado se dá de acordo com o inverso da renda per capita de sua população, aplicado sobre o montante de 10% da receita.

Além disso, em dezembro é repassado uma parcela extra de 1% da receita de IPI e IR de todo o ano. Ou seja, 23,5% da arrecadação dos dois impostos pertencem constitucionalmente aos municípios. Do total de recursos que o Tesouro reserva ao FPM, 20% são automaticamente transferidos ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Básico (Fundeb). Em 2014, o FPM correspondeu a 3,82% da arrecadação municipal.

O crescimento do FPM em 2014 foi motivado principalmente pelo aumento do coeficiente de participação desta Capital em 12,54%, em relação ao ano de 2013, voltando o coeficiente ao patamar de 2012, considerando que em 2013 houve perda da participação, motivada pelo fator “renda per capita”.

IPVA

Cabe ao município 50% do valor arrecadado pelo Estado com o IPVA, referente aos veículos cadastrados em Porto Alegre. Neste ano, a Prefeitura apresentou um aumento R\$ 5,9 milhões na arrecadação do IPVA em relação ao exercício anterior.

Em 2014, o IPVA correspondeu a 3,77% da arrecadação municipal. O crescimento do IPVA no Estado e por consequência nas transferências aos municípios é devido ao crescimento da frota de veículos pagantes e à baixa inadimplência verificada no Estado, decorrente das ações de fiscalização do imposto e incentivos para o pagamento espontâneo.

Há que se destacar que ocorrem movimentos no fluxo de pagamentos das antecipações de recolhimento do IPVA, sendo que os pagamentos em alguns anos são maiores em dezembro do que em janeiro do ano seguinte ou vice-versa, o que impacta nas transferências aos Municípios. Também merece destaque que no ano de 2014 a venda de veículos novos ficou reduzida.

SUS

As transferências feitas pelos governos federal e estadual relativas ao custeio do SUS são estabelecidas em função de variáveis como população e número de atendimentos de saúde prestados pelas unidades do sistema em Porto Alegre. A transferência do SUS representa 11,29% da receita total.

Fundeb/Fundef

O valor demonstrado no quadro da página 24 refere-se ao retorno que o município recebe do fundo multigovernamental. Em 2014, o valor é positivo em R\$ 0,85 milhão, representando que houve contribuição do município para o fundo menor que o retorno recebido.

Outras transferências

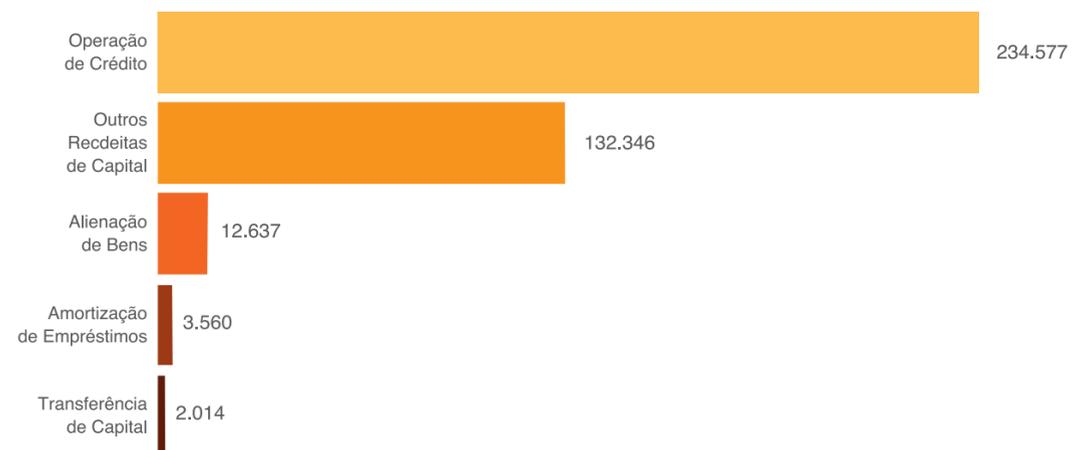
Engloba as demais transferências da União, tais como as relativas ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), a desoneração do ICMS pela Lei Kandir, cota-parte da compensação financeira sobre a exploração mineral, cota-parte do fundo especial do petróleo, compensação financeira ao esforço exportador, convênios e doações.

Também inclui as transferências do Estado tais como a cota-parte do IPI sobre exportação, a cota-parte da contribuição de intervenção no domínio econômico (CIDE), os repasses de recursos do Estado para programas de saúde e convênios. Fazem parte, também, as transferências de instituições privadas, através de patrocínios e doações.

RECEITA DE CAPITAL - 2014

As receitas de capital da Prefeitura tiveram um acréscimo de 148,9%, em 2014 em comparação com 2013. As operações de crédito, item principal desta receita, tiveram uma variação de 102,7% no mesmo

período comparado. A venda de índice construtivo, da ordem de 132 milhões colaborou também para o crescimento deste item.



VALORES NOMINAIS (EM MIL R\$)	2010	2011	2012	2013	2014
TRANSFERÊNCIA DE CAPITAL	414	541	5.865	2.280	2.014
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	1.610	2.137	2.270	2.778	3.560
ALIENAÇÃO DE BENS	13.740	12.429	23.165	33.908	12.637
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	3.376	5.513	1.595	-	132.346
OPERAÇÃO DE CRÉDITO	88.652	174.714	92.428	115.716	234.577

VALORES CORRIGIDOS (EM MIL R\$)	2010	2011	2012	2013	2014
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	526	645	6.610	2.426	2.014
OPERAÇÃO DE CRÉDITO	2.045	2.549	2.558	2.956	3.560
ALIENAÇÃO DE BENS	17.454	14.825	26.106	36.081	12.637
TRANSFERÊNCIA DE CAPITAL	4.288	6.576	1.798	-	132.346
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	112.618	208.394	104.164	123.131	234.577

Atualizado pelo IPCA

CONTROLADORIA - GERAL DO MUNICÍPIO

A Controladoria-Geral do Município de Porto Alegre (CGM), órgão vinculado à Secretaria Municipal da Fazenda, vem desde 2012 solidificando as ações de controle interno em prol da racionalização e na melhoria da aplicação dos recursos públicos no Município.

Dentre os esforços para melhoria das finanças públicas estão ações desenvolvidas para revisão dos cálculos judiciais com 2.520 processos analisados, representando economia acima de R\$ 7.800.000,00 somente em 2014.

Os processos administrativos de análise da despesa pública para pagamento aos fornecedores do município, agilizou o prazo de permanência de 11 dias/média no ano de 2012 para três dias/média no ano de 2014.

A Unidade de Auditoria-Geral realizou 26 Auditorias Ordinárias nos órgãos da Administração, cujo resultado foi materializado nos relatórios de auditoria, que subsidiam prestações de contas encaminhadas ao TCE/RS, por exigência legal.



Foto: Francielle Caetano/PMFA

DESTINO DOS RECURSOS

A despesa total da Prefeitura variou, em valores nominais, 8,83% em 2014, sobre os dados registrados no ano anterior.

O principal item nos gastos é a despesa de Pessoal e Encargos Sociais, que teve incremento nominal de 7,11% no mesmo período.

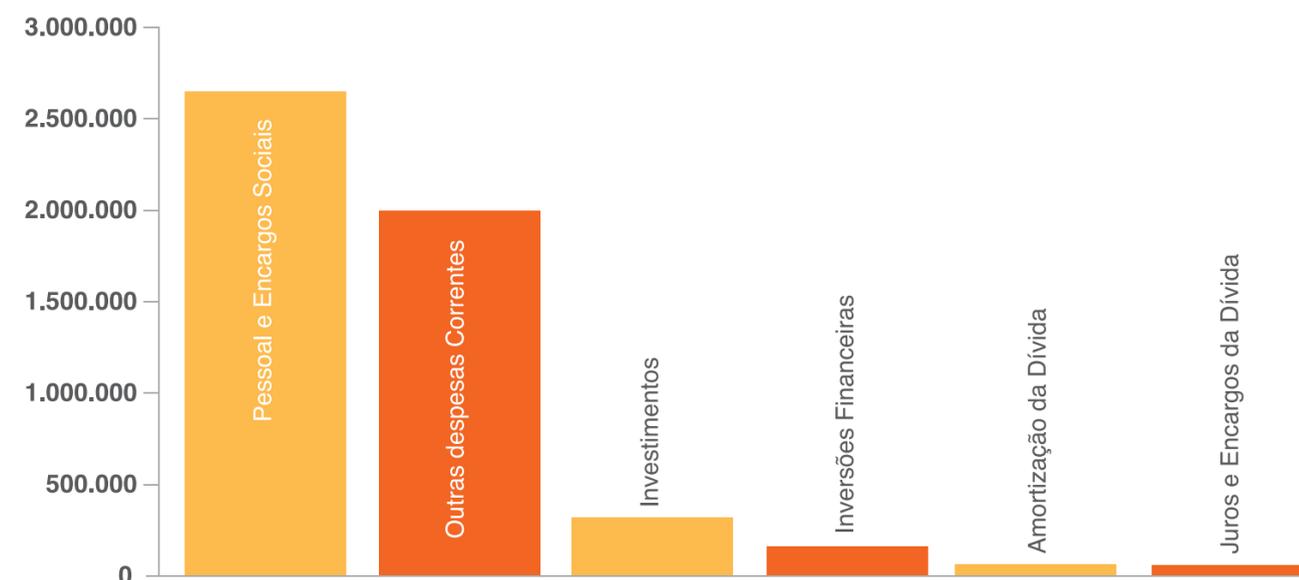
Em valores reais, corrigidos pelo IPCA, a despesa total aumentou 2,28% em 2014.

Os quadros e gráficos demonstram a composição da despesa e a variação dos gastos nos últimos cinco anos.



Foto: Ricardo Giusti/PMPA

DESPESAS POR NATUREZA DOS GASTOS - 2014

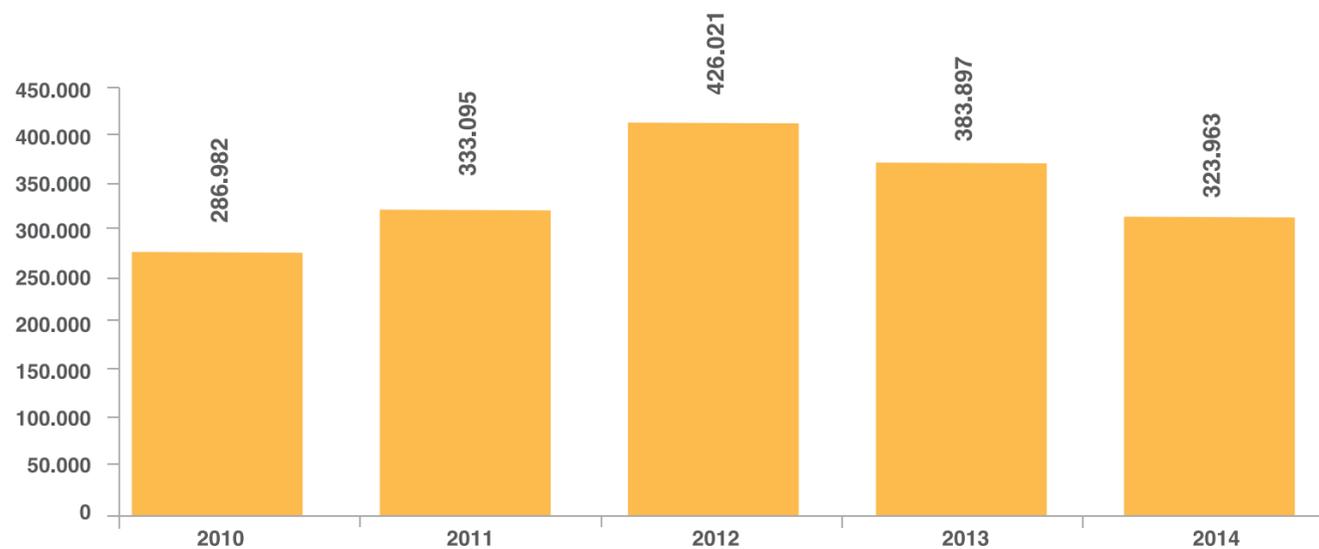


VALORES NOMINAIS (EM MIL R\$)	2010	2011	2012	2013	2014
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.231.649	1.793.273	2.210.823	2.475.581	2.651.717
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.720.080	1.542.526	1.620.363	1.714.041	2.003.254
INVESTIMENTOS	286.982	333.095	426.021	383.897	323.963
INVERSÕES FINANCEIRAS	40.760	69.744	29.403	150.220	163.470
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	70.288	59.186	65.686	75.416	74.769
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	28.626	39.941	49.959	56.934	67.876
TOTAL GERAL	3.378.385	3.837.765	4.402.255	4.856.089	5.285.049

VALORES NOMINAIS (EM MIL R\$)	2010	2011	2012	2013	2014
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.564.611	2.138.962	2.491.536	2.634.206	2.651.717
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	2.185.083	1.839.879	1.826.104	1.823.870	2.003.254
INVESTIMENTOS	364.564	397.306	480.114	408.496	323.963
INVERSÕES FINANCEIRAS	51.779	83.189	33.136	159.845	163.470
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	89.290	70.595	74.026	80.248	74.769
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	36.365	47.640	56.302	60.582	67.876
TOTAL GERAL	4.291.691	4.577.571	4.961.218	5.167.248	5.285.049

INVESTIMENTOS

O equilíbrio das contas da Prefeitura, aliado à prudência nos gastos públicos possibilitaram que o volume da receita destinado a investimentos em 2014 ficasse acima dos R\$ 323 milhões.



Valores Nominais (Em mil R\$)	2010	2011	2012	2013	2014
Investimentos	286.982	333.095	426.021	383.897	323.963

Valores Corrigidos (Em mil R\$)	2010	2011	2012	2013	2014
Investimentos	364.564	397.306	480.114	408.496	323.963

Atualizado pelo IPCA

DESPESA POR FUNÇÃO DE GOVERNO

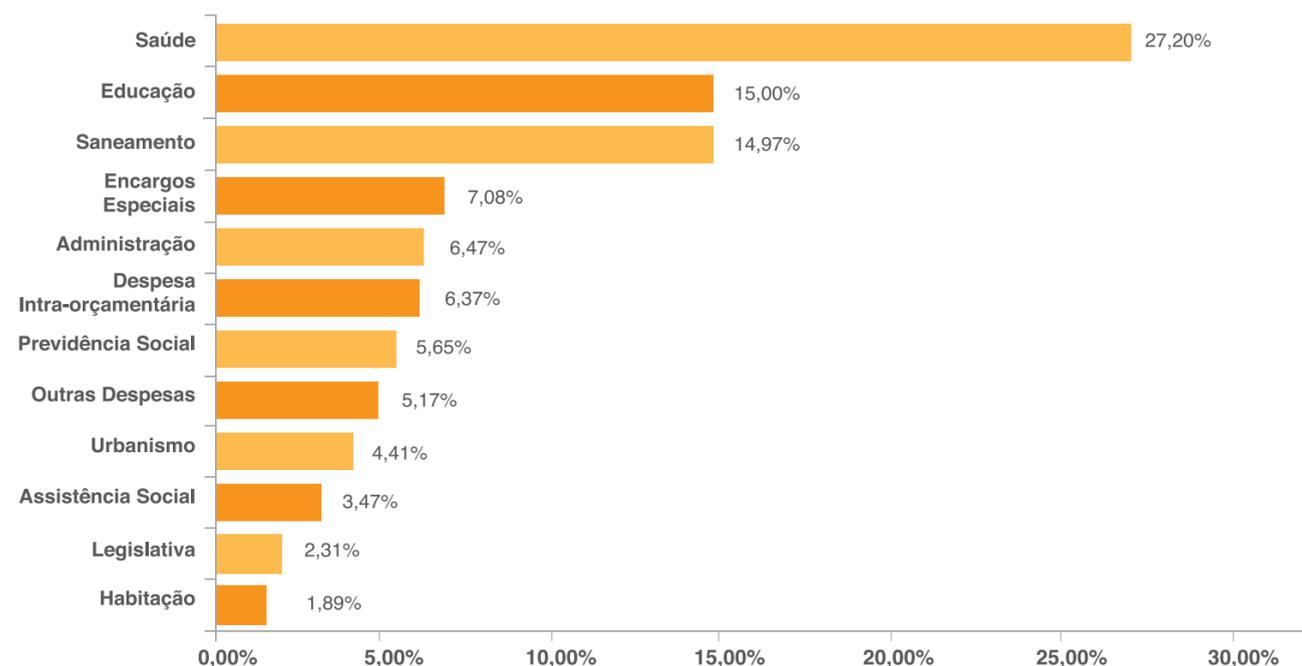
No gráfico e na tabela abaixo são apresentadas as despesas empenhadas por função, conforme a Portaria nº 42 do Ministério de Orçamento e Gestão, de 14 de abril de 1999, que estabelece a discriminação da despesa por função e subfunção. Pode-se verificar que as três principais funções de despesa em 2014, incluindo as despesas intra-orçamentárias, foram: saúde, com 27,2% dos

gastos totais, educação, com 15% e saneamento, com 14,97%. Cabe ressaltar que as informações relativas aos gastos com saúde e educação consideram os valores totais empenhados, independentemente da fonte de recursos que os suporta, considerando tanto gastos efetuados com recursos próprios como de terceiros.



Foto: Anselmo Cunha/FMPA

DESPESAS POR FUNÇÃO DE GOVERNO



Em mil R\$	2010	2011	2012	2013	2014
Saúde	845.202	955.899	1.182.081	1.259.952	1.437.377
Saneamento	657.499	739.455	822.410	769.314	791.151
Educação	527.688	607.139	658.684	736.109	793.021
Encargos Especiais	174.167	235.572	195.425	341.695	374.099
Previdência Social	217.139	234.373	268.817	278.233	298.840
Administração	203.426	243.901	264.131	315.648	341.830
Outras Despesas	191.755	204.110	251.078	271.470	273.352
Assistência Social	91.891	102.156	146.234	164.992	183.606
Legislativa	85.161	93.281	97.214	107.487	122.327
Urbanismo	90.612	99.700	129.565	177.501	232.889
Habitação	78.142	77.458	106.476	121.920	100.102
Subtotal	3.162.682	3.593.044	4.122.115	4.544.321	4.948.594
(+) Despesa Intra-orçamentária	215.702	244.721	280.140	311.768	336.455
TOTAL	3.378.384	3.837.765	4.402.255	4.856.089	5.285.049

Obs.: Nas despesas por função não está contida a despesa intra-orçamentária que aparece em separado.

SÍNTESE DE ORIGENS E COMPROMETIMENTO DE RECURSOS DO EXERCÍCIO DE 2014

Os recursos da Prefeitura de Porto Alegre são provenientes da arrecadação própria (R\$ 2.784 milhões) e das transferências Governamentais (R\$ 2.769 milhões).

Desses valores, R\$ 5.285 milhões retornaram à cidade, tendo como destaque R\$ 1.437 milhões aplicados na função saúde, R\$ 791 milhões em saneamento e R\$ 793 milhões em educação.

ORIGENS DE RECURSOS (Em R\$)	ANO 2014	
	Valor	%
Receita Arrecadada		
Recursos Próprios	2.784.447.628,81	100%
Receita Tributária:		
IPTU	337.744.506,44	12,13
ISSQN	748.070.977,21	26,87
ITBI	249.364.990,36	8,96
IRRF	225.993.237,88	8,12
Taxas	121.121.673,15	4,35
(-) Deduções da Receita Tributária	-47.855,01	0,00
Receita Não Tributária:		
Receita de Contribuições	198.162.444,55	7,12
Receita Patrimonial	118.192.520,12	4,24
Serviço Água	313.275.963,05	11,25
Serviço Esgoto	136.087.326,87	4,89
Outros Recursos Próprios		0,00
Receita Corrente Intra-Orçamentária	336.481.844,19	12,08
(-) Deduções da Receita Não Tributária		0,00
Recursos Transferidos	2.769.990.056,45	100%
Sistema Único de Saúde / SUS	626.934.363,35	22,63
Transferência Recebida FUNDEB	224.401.975,60	8,10
Cota parte IPVA	209.623.403,06	7,57
Cota parte ICMS	687.188.877,27	24,81
Operação de Crédito	234.577.549,81	8,47
Outros Recursos Transferidos	563.718.631,60	20,35
Transferências enviada FUNDEB	223.545.255,76	8,07
Total da Receita	5.554.437.685,26	100%
Superávit Orçamentário	(269.388.225,86)	
Total Geral	5.285.049.459,40	

COMPROMETIMENTO DE RECURSOS (Em R\$)	ANO 2014	
	Valor	%
Despesa Realizada		
Saúde	1.437.376.910,48	27,20
Saneamento	791.150.985,90	14,97
Educação	793.020.660,04	15,00
Encargos Especiais	374.099.337,97	7,08
Previdência Social	298.840.402,81	5,65
Administração	341.830.166,58	6,47
Assistência Social	183.606.291,56	3,47
Legislativa	122.327.411,62	2,31
Urbanismo	232.889.532,26	4,41
Habitação	100.102.111,21	1,89
Gestão Ambiental	54.490.030,79	1,03
Cultura	52.615.326,80	1,00
Segurança Pública	43.919.398,22	0,83
Comércio e Serviços	31.083.607,41	0,59
Judiciário	25.657.468,78	0,49
Desporto e Lazer	21.437.615,69	0,41
Transporte	17.990.598,94	0,34
Outras Despesas	26.157.251,35	0,49
Despesa intra-orçamentária	336.454.350,99	6,37
Total da Despesa	5.285.049.459,40	100%
Total Geral	5.285.049.459,40	

GESTÃO FISCAL

EVOLUÇÃO DA SITUAÇÃO LÍQUIDA FINANCEIRA

A situação líquida financeira representa a diferença entre o ativo financeiro (disponibilidades, recursos vinculados e outras operações) e o passivo financeiro (dívidas de curto prazo: restos a pagar, depósitos e outras operações). Verifica-se o aumento de 36,01% em relação ao exercício anterior.

EVOLUÇÃO DA SITUAÇÃO LÍQUIDA PERMANENTE

A situação líquida permanente resulta da diferença entre o ativo permanente (imobilizado, créditos, valores e estoques) e o passivo permanente (obrigações exigíveis em longo prazo). O aumento do passivo permanente em 2014 decorreu da contratação de novas operações de crédito e da revisão das previsões matemáticas previdenciárias. Verifica-se o aumento de 9,56% em relação ao ano anterior.

RESULTADO PATRIMONIAL EVOLUÇÃO DO SALDO PATRIMONIAL

A soma das situações líquidas financeiras e permanente origina o resultado patrimonial. A linha ascendente verificada nos números dos últimos cinco anos evidencia o fortalecimento da situação econômica da Prefeitura. Verifica-se o aumento de 17,59% em relação ao ano anterior.

Situação Líquida Financeira:

Conta	2010	2011	2012	2013	2014
Ativo Financeiro	861.270	1.183.453	1.192.072	1.150.294	1.479.642
(-) Passivo Financeiro	-147.551	-172.821	-200.458	-293.036	-313.648
Situação Líquida Financeira	713.719	1.010.632	991.614	857.258	1.165.994

Situação Líquida Permanente:

Conta	2010	2011	2012	2013	2014
Ativo Permanente	2.231.770	2.509.622	3.309.868	3.272.571	3.767.745
(-) Passivo Permanente	-726.545	-955.767	-1.297.936	-1.307.809	-1.615.250
Situação Líquida Permanente	1.505.225	1.553.855	2.011.932	1.964.762	2.152.495

Resultado Patrimonial:
Evolução do Saldo Patrimonial

Conta	2010	2011	2012	2013	2014
Ativo Real (AF + AP)	3.093.040	3.693.075	4.501.940	4.422.865	5.247.387
(-) Passivo Real (PF + PP)	-874.096	-1.128.588	-1.498.394	-1.600.845	-1.928.898
Saldo Patrimonial Ativo Real Líquido	2.218.944	2.564.487	3.003.546	2.822.020	3.318.489

Os números do desempenho de 2014 demonstram o cumprimento das metas fiscais, e a manutenção do esforço para uma situação financeira cada ano mais forte para a Prefeitura Municipal, como fica demonstrado na comparação dos últimos cinco anos.



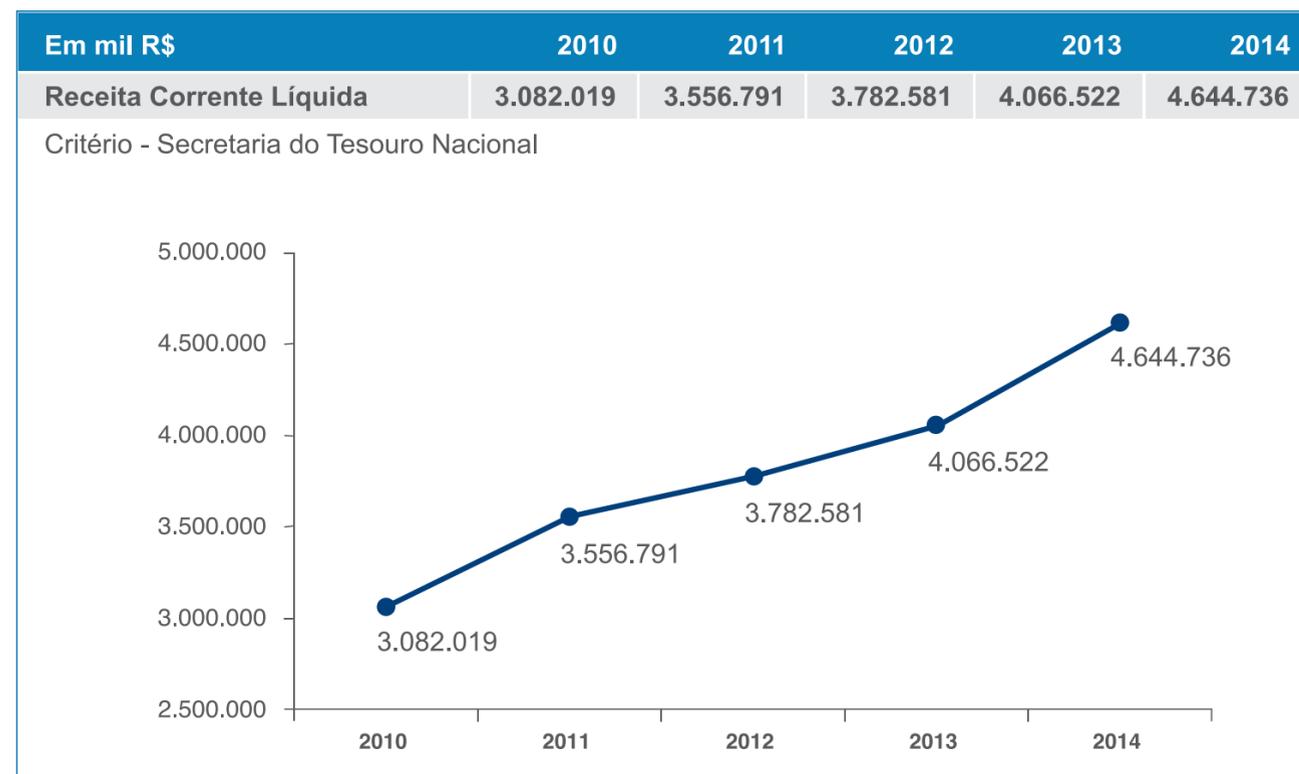
Foto: Cristine Rochel/PIPA

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

A receita corrente líquida é o somatório das receitas tributárias municipais, de contribuições, patrimoniais, industriais, agropecuárias e de serviços, transferências correntes e outras receitas correntes, exceto a contribuição dos servidores para o custeio do seu sistema de previdência e as receitas provenientes da compensação financeira.

Ela serve de parâmetro para o cálculo das despesas com pessoal, e para os limites da dívida pública.

A receita corrente líquida está em ascensão nos últimos cinco anos. O crescimento nominal foi de 14,21% em relação ao ano anterior.

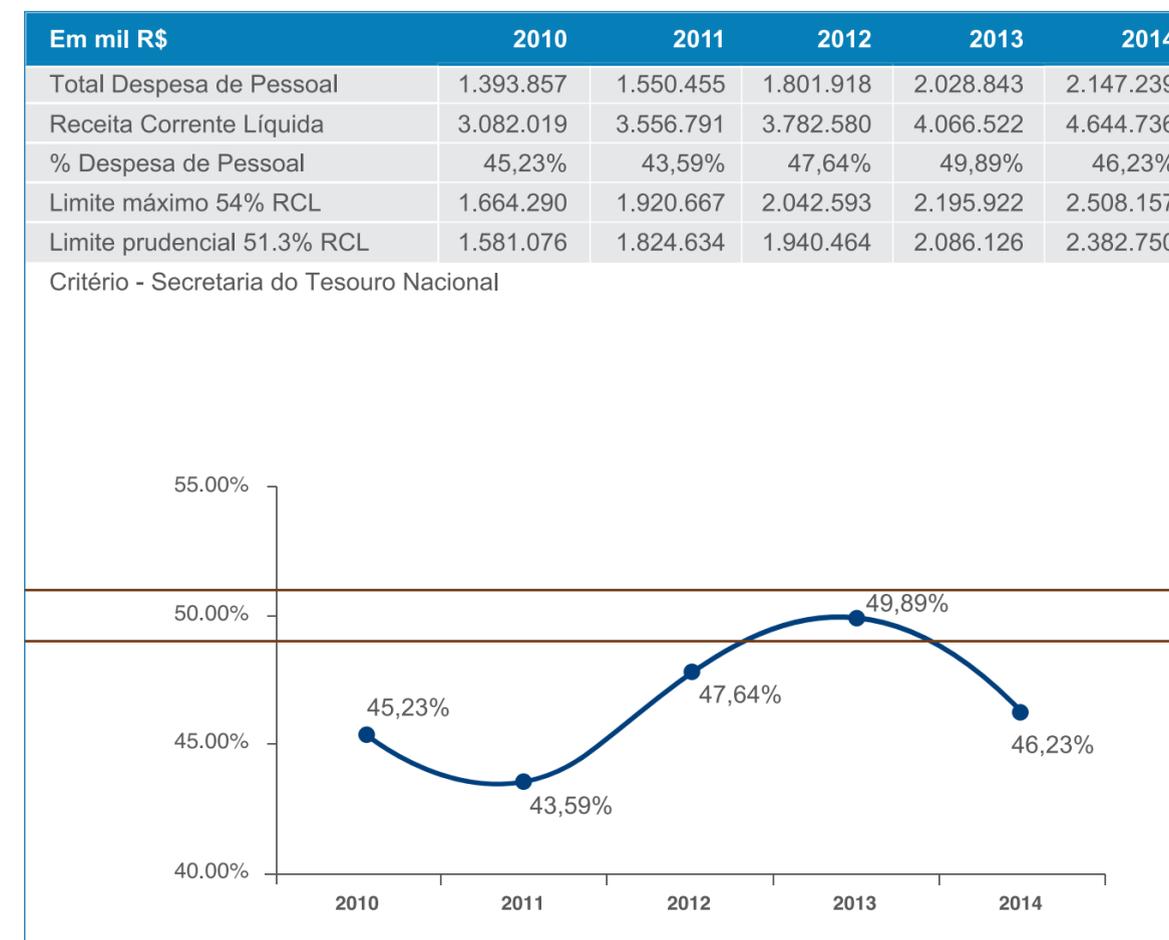


DESPESAS COM PESSOAL

Poder Executivo

O Executivo tem mantido estável a parcela de comprometimento da receita corrente líquida da Prefeitura com as despesas com pessoal, como pode ser verificado nos dados dos últimos cinco anos. Isso evidencia o controle realizado para equilibrar as finanças municipais.

O índice de comprometimento da receita corrente líquida com despesas com pessoal no Poder Executivo em 2014 foi de 46,2%, reduzindo o índice do exercício anterior. Esse índice está significativamente abaixo do limite estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal, que é de 54% da receita corrente líquida.



Poder Legislativo

O Legislativo tem reduzido sua parcela de comprometimento da receita corrente líquida da Prefeitura com as despesas com pessoal, como pode ser verificado nos dados dos últimos cinco anos.

O índice de comprometimento da receita corrente líquida com despesas com pessoal no Poder Legislativo em 2014 foi de 2,15%. Esse índice está abaixo do limite estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal, que é de 6% da receita corrente líquida.

Como prioridade da Prefeitura, o gasto com saúde em 2014 teve incremento nominal de 9,96%, em comparação com 2013, na destinação das receitas de impostos e transferências para atendimento à população.

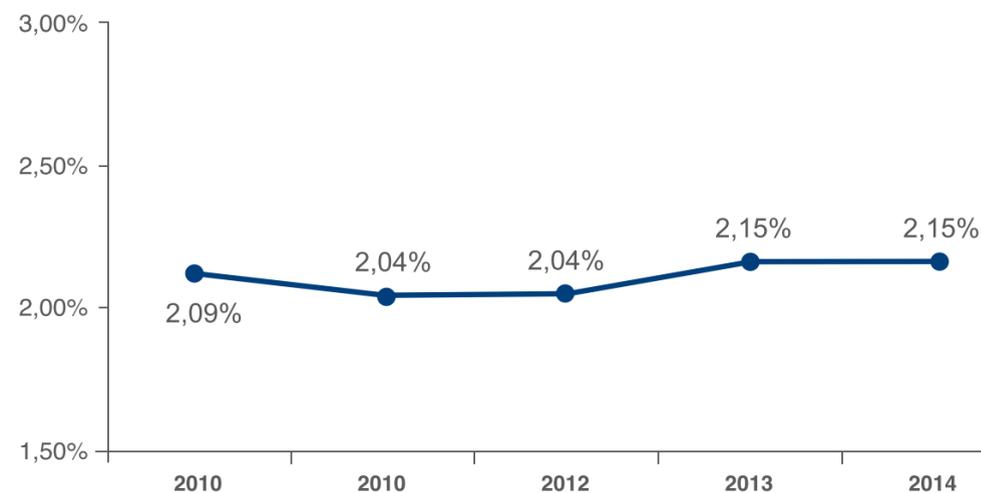
Os recursos para ações e serviços públicos de saúde (ASPS) superaram, no período de 2010 a

2014, o percentual mínimo de 15% definido pela Constituição.

Não estão computados, nesta demonstração, os gastos com recursos repassados ao município para custeio do Sistema Único de Saúde (SUS) ou mesmo outros recursos repassados por meio de convênio.

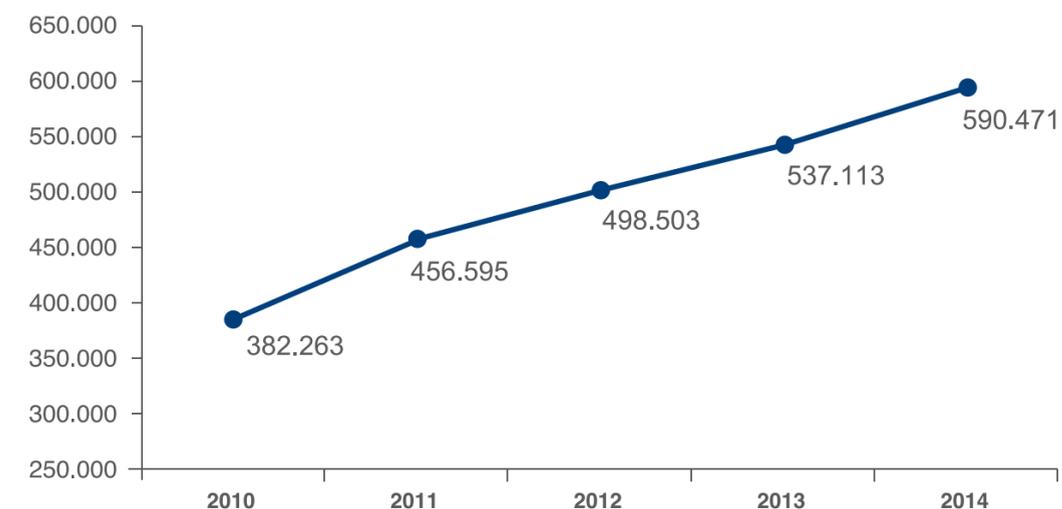
Em mil R\$	2010	2011	2012	2013	2014
Total Despesa de Pessoal	64.492	72.389	77.029	87.315	99.976
Receita Corrente Líquida	3.082.019	3.556.791	3.782.580	4.066.522	4.644.736
% Despesa de Pessoal	2,09%	2,04%	2,04%	2,15%	2,15%
Limite máximo 6% RCL	184.921	213.407	226.955	243.991	278.684
Limite prudencial 5.7% RCL	175.675	202.737	215.607	231.792	264.750

Critério - Secretaria do Tesouro Nacional



Valores nominais (Em mil R\$)	2010	2011	2012	2013	2014
Despesas com ASPS	382.263	456.595	498.503	537.113	590.471
% s/ receita de impostos e transferências	19,80%	21,10%	21,51%	21,42%	21,27%

Critério - Secretaria do Tesouro Nacional (STN)



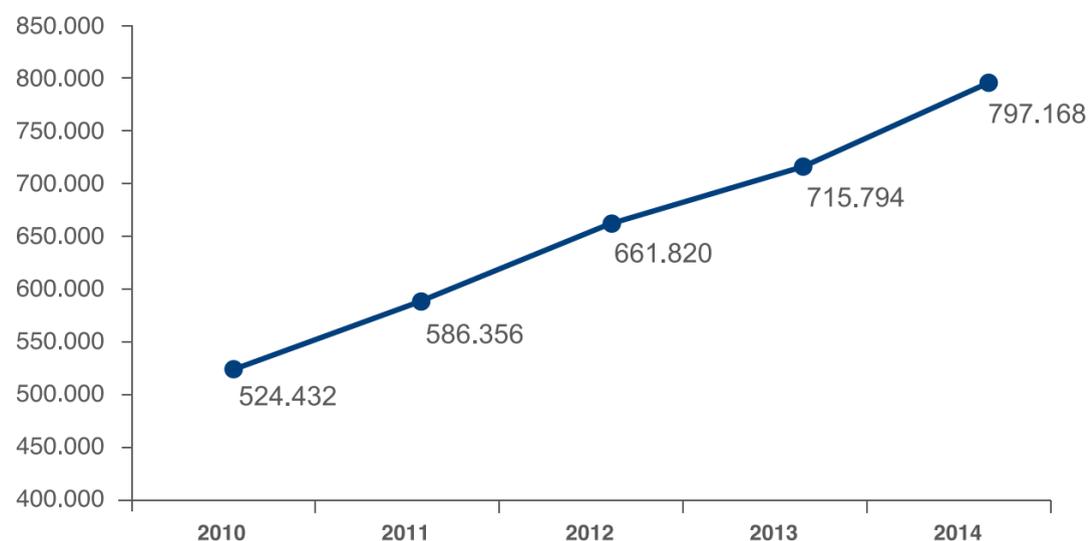
ENSINO

Os gastos da Prefeitura com a manutenção e o desenvolvimento do ensino (MDE) cresceram, em valores nominais, 11,36% em relação ao ano de 2013. Também área prioritária da administração, o ensino recebeu recursos de impostos e transferências sempre acima do percentual constitucional de 25%, no período de 2010 a 2014.

Não estão computados, nesta demonstração, os gastos com recursos repassados ao município por conta do Salário Educação, bem como outros transferidos por conta de convênio.

Em mil R\$	2010	2011	2012	2013	2014
Despesas com MDE	524.432	586.356	661.820	715.794	797.168
% s/ receita de impostos e transferências	27,08%	27,00%	28,46%	28,46%	28,63%

Critério - Secretaria do Tesouro Nacional (STN)

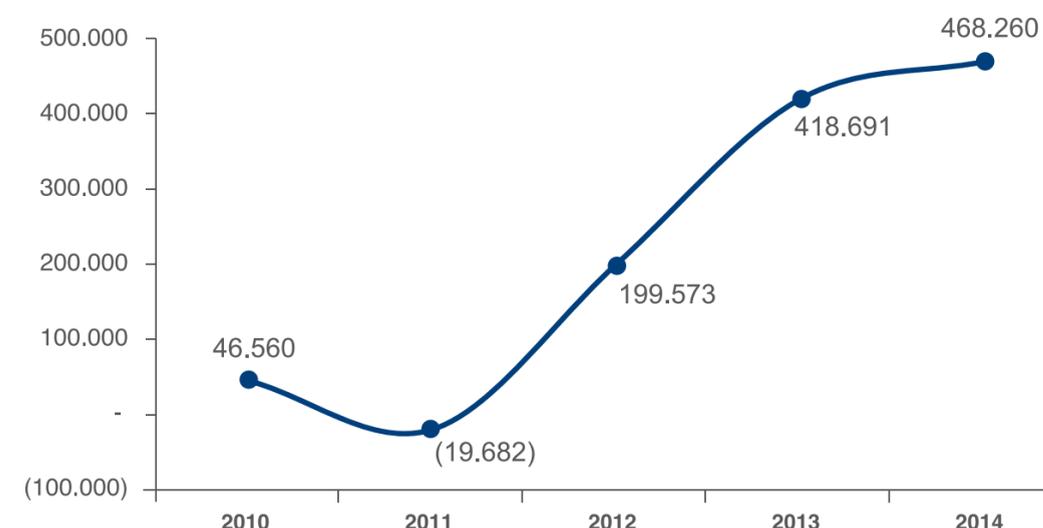


DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA

A dívida consolidada líquida corresponde aos saldos das dívidas de longo e de curto prazos, deduzidas as disponibilidades financeiras. Os dados demonstram a variação dos estoques, significando a aumento do endividamento da Prefeitura, substancialmente ainda em decorrência do aumento nos financiamentos visando à Copa do Mundo FIFA de 2014.

Por resolução do Senado, o limite máximo da dívida consolidada líquida é de 120% da receita corrente líquida. Em Porto Alegre, este percentual fechou no final de 2014 em 10,08% em relação à receita corrente líquida.

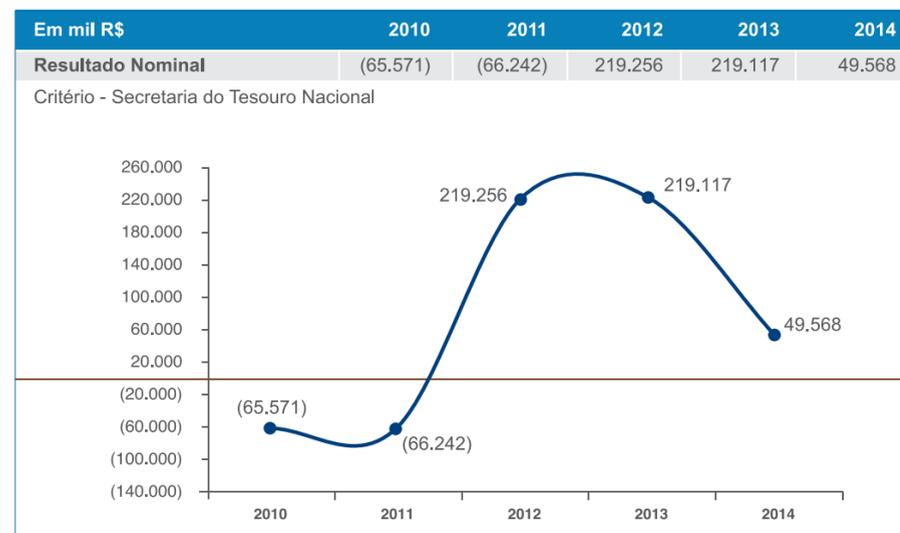
Dívida Consolidada Líquida (Em mil R\$)	2010	2011	2012	2013	2014
Dívida Consolidada	638.963	806.186	857.166	927.199	1.127.701
(-) Deduções	592.403	825.868	657.593	508.508	659.441
Dívida Consolidada Líquida	46.560	(19.682)	199.573	418.691	468.260
% Dívida s/ Receita Corrente Líquida	1,51%	-0,55%	5,28%	10,30%	10,08%
Limite definido pelo Senado Federal	3.698.423	4.268.149	4.539.097	4.879.828	5.573.683



RESULTADO NOMINAL

O resultado nominal representa a diferença da dívida consolidada líquida acumulada até o exercício, em comparação ao ano anterior.

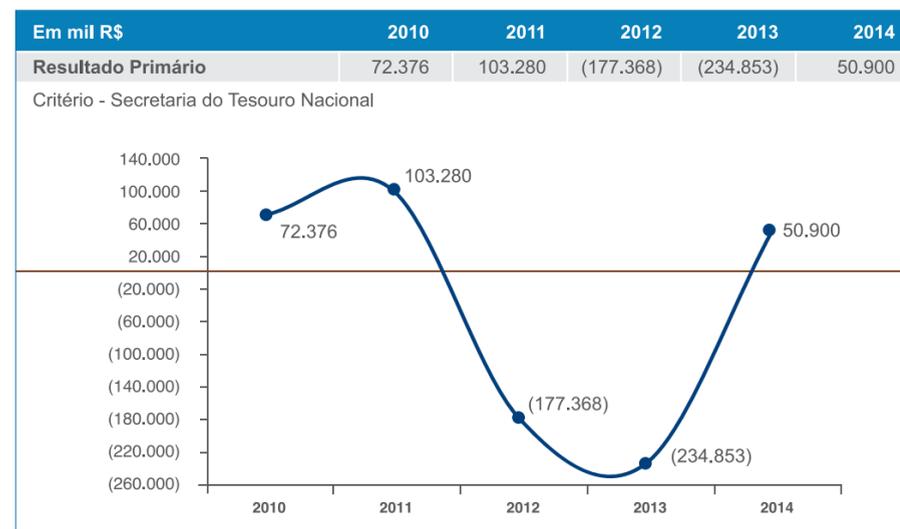
Quanto maior o valor negativo de resultado nominal, maior será a redução no estoque da dívida do município.



RESULTADO PRIMÁRIO

Esse resultado corresponde à diferença entre as receitas e as despesas não financeiras. Tem como principal função determinar a capacidade

de pagamento dos compromissos da dívida pública e, conseqüentemente, de obtenção de novos financiamentos.



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS



Foto: Evandro Oliveira/PMBA

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Nesta seção são apresentados os Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações do Patrimônio da Prefeitura da Cidade de Porto Alegre do exercício de 2014. A confecção dos demonstrativos está alicerçada na escrituração de atos e fatos contábeis que ocorreram no presente ano, de acordo com os preceitos da Lei Federal nº 4320 de 17 de março de 1964 que rege as entidades públicas na esfera federal, estadual e municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - ANEXO 12 DA LEI 4.320/64 - EXERCÍCIO 2014

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	Previsão Inicial - R\$	Realizada - R\$	Saldo R\$	DESPESA ORÇAMENTÁRIAS	Atualizada - R\$	Despesas Empenhadas - R\$	Saldo R\$
RECEITAS CORRENTES	5.173.899.555,00	4.832.820.205,28	341.079.349,72	DESPESAS CORRENTES	5.159.362.612,62	4.722.847.124,33	436.515.488,29
Recetta Tributária	1.866.712.519,00	1.682.295.385,04	184.417.133,96	Pessoal e Encargos Sociais	2.756.923.643,83	2.651.717.235,99	105.206.407,84
Recetta de Contribuições	203.270.038,00	198.162.444,55	5.107.593,45	Juros e Encargos da Dívida	81.742.771,00	67.876.212,77	13.866.558,23
Recetta Patrimonial	72.723.724,00	118.192.520,12	(45.468.796,12)	Outras Despesas Correntes	2.320.696.197,79	2.003.253.675,57	317.442.522,22
Recetta Agropecuária	-	-	-				
Recetta de Serviços	535.857.066,00	514.566.949,84	21.286.116,16	DESPESAS DE CAPITAL	1.231.253.370,05	562.202.335,07	668.051.034,98
Transferências Correntes	2.473.526.832,00	2.219.562.129,41	253.964.702,59	Investimentos	984.537.160,05	323.962.778,82	660.574.381,23
Outras Receitas Correntes	242.436.954,00	324.392.002,78	(81.955.048,78)	Inversões Financeiras	163.832.444,00	163.470.479,86	361.964,14
(-)Deduções da Rec. Corrente	(220.627.578,00)	(224.343.226,46)	3.715.648,46	Amortização da Dívida	82.883.766,00	74.769.076,39	8.114.689,61
RECEITAS DE CAPITAL	463.942.914,00	385.135.635,79	78.807.278,21	RESERVA DE CONTINGÊNCIA e RESERVA DO RPPS	82.134.631,00	-	82.134.631,00
Operações de Crédito	421.867.451,00	234.577.549,81	187.289.901,19				
Alienação de Bens	35.604.912,00	12.637.508,49	22.967.403,51				
Transferências de Capital	2.990.308,00	3.559.994,25	(79.751,25)				
Outras Receitas de Capital	-	132.346.652,12	(132.346.652,12)				
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	364.581.536,00	336.481.844,19	28.099.691,81				
Receitas Correntes Intra-orçamentárias	348.526.036,00	336.266.969,40	12.259.066,60				
Receita de Serviços	10.500,00	-	10.500,00				
Outras Receitas Correntes Intra-orçamentárias	16.045.000,00	214.874,79	15.830.125,21				
SOMA	6.002.424.005,00	5.554.437.685,26	447.986.319,74	SOMA	6.472.750.613,67	5.285.049.459,40	1.187.701.154,27
SUPERÁVIT / DÉFICIT	470.326.608,67	(269.388.225,86)	739.714.834,53	SUPERÁVIT / DÉFICIT	6.472.750.613,67	5.285.049.459,40	1.187.701.154,27
TOTAL GERAL	6.472.750.613,67	5.285.049.459,40	1.187.701.154,27	TOTAL GERAL	6.472.750.613,67	5.285.049.459,40	1.187.701.154,27

Carlos Leandro Ransan
Contador - CRC/RS 57.935/0-0

Jorge Luis Tonetto
Secretário da Fazenda

José Fontinelli
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE BALANÇO FINANCEIRO - ANEXO 13 DA LEI 4.320/64 - EXERCÍCIO 2014

TÍTULOS	Exercício Atual - R\$	Exercício Anterior - R\$	TÍTULOS	Exercício Atual - R\$	Exercício Anterior - R\$
RECEITA ORÇAMENTÁRIA	7.073.129.950,24	5.836.886.197,76	DESPESA ORÇAMENTÁRIA	6.803.741.724,38	5.986.065.699,32
Receitas Correntes	4.832.820.205,28	4.240.387.315,05	Despesa Realizada	5.285.049.459,40	4.856.089.198,80
Recetta Tributária	1.682.295.385,04	1.526.357.657,92	Legislativa	133.466.572,79	116.945.079,65
Recetta de Contribuições	198.162.444,55	189.396.387,51	Judiciária	25.657.468,78	25.850.412,29
Recetta Patrimonial	118.192.520,12	81.242.197,57	Administração	344.058.289,43	317.538.020,96
Recetta Agropecuária	-	190,83	Defesa Nacional	295.821,46	-
Recetta de Serviços	514.566.949,84	483.845.330,50	Segurança Pública	43.919.398,22	41.073.402,18
Transferências Correntes	2.219.562.129,41	1.966.718.200,48	Relações Exteriores	837.320,99	254.022,40
Outras Receitas Correntes	324.392.002,78	207.706.978,79	Assistência Social	188.132.677,87	169.059.782,80
(-)Deduções da Rec. Corrente	(224.343.226,46)	(214.879.628,55)	Previdência Social	378.145.016,88	353.922.964,04
Receitas de Capital	385.135.635,79	154.682.406,63	Saúde	1.531.670.766,95	1.346.142.495,46
Operações de Crédito	234.577.549,81	115.715.979,32	Trabalho	10.228.773,29	6.339.989,20
Alienação de Bens	12.637.508,49	33.907.946,28	Educação	888.066.161,86	823.224.902,37
Amortização de Empréstimos	3.559.994,25	2.777.980,85	Cultura	52.615.326,80	46.332.971,52
Transferências de Capital	2.013.931,12	2.280.500,18	Direitos da Cidadania	13.367.611,45	13.593.094,43
Outras Receitas de Capital	132.346.652,12	-	Urbanismo	232.900.073,96	177.501.966,65
Intra-Orçamentária	336.481.844,19	311.839.975,56	Habitação	106.251.107,79	127.650.733,74
Receitas Correntes Intra-orçamentárias	336.481.844,19	311.839.975,56	Saneamento	831.780.022,19	808.084.422,86
Interferências Ativas	1.518.692.264,98	1.129.976.500,52	Gestão Ambiental	54.490.030,79	60.123.943,99
Transferências Financeiras Recebidas	1.518.692.264,98	1.129.976.500,52	Ciência e Tecnologia	701.605,64	2.399.344,30
			Agricultura	726.118,52	540.613,51
			Comércio e Serviços	31.083.607,41	33.364.056,74
			Transporte	17.990.598,94	26.352.053,06
			Desporto e Lazer	21.437.615,69	15.246.285,75
			Encargos Especiais	377.227.471,70	344.548.640,90
			Interferências Passivas	1.518.692.264,98	1.129.976.500,52
			Transferências Financeiras Concedidas	1.518.692.264,98	1.129.976.500,52
RECEITA EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	11.216.663.765,74	10.097.915.371,12	DESPESA EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	11.152.672.678,20	9.973.813.253,40
Restos a Pagar Processados	133.851.093,29	122.053.517,30	Restos a Pagar Processados	124.372.692,97	120.494.142,87
Restos a Pagar Processados - Executivo/Indiretas	126.539.912,54	117.701.677,50	Restos a Pagar Processados - Executivo/Indiretas	117.593.608,94	116.012.255,42
Restos a Pagar Processados - Legislativo	2.964.842,98	2.160.519,28	Restos a Pagar Processados - Legislativo	3.064.541,04	2.820.628,35
Restos a Pagar Processados - RPPS	1.164.275,35	995.314,74	Restos a Pagar Processados - RPPS	1.028.678,99	968.473,95
Restos a Pagar Processados - Serviço da Dívida	1.449.969,36	160.937,16	Restos a Pagar Processados - Serviço da Dívida	1.449.969,36	160.937,16
Restos a Pagar Processados - Sentenças Judiciais	1.732.093,06	1.035.068,62	Restos a Pagar Processados - Sentenças Judiciais	1.235.894,64	541.847,99
Restos a Pagar Não Processados	96.740.948,32	107.147.047,08	Restos a Pagar Não Processados	115.102.505,06	103.478.849,21
Restos a Pagar Não Processados - Executivo/Indiretas	92.862.772,53	101.735.286,60	Restos a Pagar Não Processados - Executivo/Indiretas	108.687.400,37	100.672.813,20
Restos a Pagar Não Processados - Legislativo	2.159.223,47	2.496.601,24	Restos a Pagar Não Processados - Legislativo	2.822.659,68	1.860.862,53
Restos a Pagar Não Processados - RPPS	370.556,33	357.695,83	Restos a Pagar Não Processados - RPPS	357.695,83	357.054,38
Restos a Pagar Não Processados - Serviço da Dívida	17.600,00	1.792.163,40	Restos a Pagar Não Processados - Serviço da Dívida	1.772.705,19	196.707,27
Restos a Pagar Não Processados - Sentenças Judiciais	1.330.795,99	765.300,01	Restos a Pagar Não Processados - Sentenças Judiciais	1.462.043,99	371.411,83
Depósitos	744.130.364,36	796.906.678,64	Depósitos	720.908.968,86	709.251.161,39
Outras Operações	10.241.941.359,77	9.071.808.128,10	Outras Operações	10.192.288.511,31	9.040.589.099,93
Diversos	2.568.593.428,23	2.094.923.516,88	Diversos	2.562.319.501,18	2.095.228.615,26
Contas a Pagar do Exercício	5.619.934.378,88	5.045.397.679,31	Contas a Pagar do Exercício	5.619.934.378,88	5.045.397.679,31
Créditos em Circulação	1.916.215.212,36	1.834.153.250,83	Créditos em Circulação	1.912.183.952,27	1.817.451.570,11
Acréscimos Patrimoniais	137.198.340,30	97.333.681,08	Decréscimos Patrimoniais	97.850.678,98	82.511.235,25
SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	1.061.322.736,43	1.086.400.120,27	SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE	1.394.702.049,83	1.061.322.736,43
Disponível	145.136.129,83	284.026.633,47	Disponível	253.024.635,25	145.136.129,83
Caixa	27.573,81	46.086,97	Caixa	25.510,31	27.573,81
Bancos	144.570.932,92	283.784.968,13	Bancos	250.985.902,55	144.570.932,92
Investimentos RPPS	537.623,10	195.578,37	Investimentos RPPS	2.013.222,39	537.623,10
Vinculado em C/C Bancária	916.186.606,60	802.373.486,80	Vinculado em C/C Bancária	1.141.677.414,58	916.186.606,60
Recurso Vinculado em Caixa	-	1.867,99	Recurso Vinculado em Caixa	-	-
Bancos	343.414.574,69	331.681.803,41	Bancos	412.604.775,41	343.414.574,69
Investimentos Vinculados RPPS	572.772.031,91	470.689.815,40	Investimentos Vinculados RPPS	729.072.639,17	572.772.031,91
TOTAL GERAL	19.351.116.452,41	17.021.201.689,15	TOTAL GERAL	19.351.116.452,41	17.021.201.689,15

Carlos Leandro Ransan
Contador - CRC/RS 57.935/0-0

Jorge Luis Tonetto
Secretário da Fazenda

José Fontinelli
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
BALANÇO PATRIMONIAL - ANEXO 14 DA LEI 4.320/64 - EXERCÍCIO 2014

TÍTULOS	Exercício Atual - R\$	Exercício Anterior - R\$	TÍTULOS	Exercício Atual - R\$	Exercício Anterior - R\$
ATIVO FINANCEIRO	1.479.641.748,88	1.150.293.895,57	PASSIVO FINANCEIRO	313.647.756,59	293.035.590,46
Disponível	253.024.635,25	145.136.129,83	Restos a Pagar Processados	58.666.266,82	49.187.866,50
Caixa	25.510,31	27.573,81	Restos a Pagar Processados - Executivo/Indiretas	56.024.520,27	47.078.216,67
Bancos	250.985.902,55	144.570.932,92	Restos a Pagar Processados - Legislativo	562.663,27	662.361,33
Investimentos RPPS	2.013.222,39	537.823,10	Restos a Pagar Processados - RPPS	846.251,89	710.855,53
Vinculados em C/C Bancária	1.141.677.414,58	916.186.606,60	Restos a Pagar Processados - Serviço da Dívida	-	-
Recurso Vinculado em Caixa	-	-	Restos a Pagar Processados - Sentenças Judiciais	1.232.831,39	736.632,97
Bancos	412.604.775,41	343.414.574,69	Restos a Pagar Não Processados	94.904.424,61	113.265.981,35
Investimentos Vinculados RPPS	729.072.639,17	572.772.031,91	Restos a Pagar Não Processados - Executivo/Indiretas	91.748.663,11	107.573.290,95
Realizável	84.939.699,05	88.970.959,14	Restos a Pagar Não Processados - Legislativo	2.214.023,56	2.877.459,77
Devedores	58.183.344,27	34.915.052,93	Restos a Pagar Não Processados - RPPS	370.556,33	357.695,83
Adiantamentos Concedidos	4.117.416,77	30.750.902,35	Restos a Pagar Não Processados - Serviço da Dívida	17.600,00	1.772.705,19
Depósitos Judiciais	2.186.669,84	7.524.421,72	Restos a Pagar Não Processados - Sentenças Judiciais	553.581,61	684.829,61
Precatórios - Regime Especial	20.452.268,17	15.780.582,14	Depósitos	149.532.575,92	126.311.180,42
			Outras Operações	10.544.489,24	4.270.562,19
ATIVO PERMANENTE	3.767.745.202,80	3.272.570.894,96	PASSIVO PERMANENTE	1.615.250.518,22	1.307.809.269,77
Imobilizado	1.630.832.396,48	1.586.881.385,82	Divida Fundada Interna	727.515.431,93	563.220.963,53
Bens Imóveis	1.829.278.921,19	1.761.730.935,04	Divida Fundada Externa	188.619.925,45	148.734.266,30
Bens Móveis	220.335.542,66	207.370.432,75	Diversos	699.115.160,84	595.854.039,94
(-) Depreciações., Amort. e Exaustões	(418.782.067,37)	(382.219.981,97)	Obrigações a Pagar	118.949.353,09	130.235.695,29
Créditos	1.608.152.711,84	1.404.367.067,67	Provisões Matemáticas Previdenciárias	580.165.807,75	465.618.344,65
Divida Ativa Tributária	1.498.509.401,19	1.236.372.416,41			
(-) Ajuste de Perdas de Divida Ativa Tributária	(80.848.902,36)	-			
Divida Ativa Não Tributária	419.035.334,23	114.066.942,51			
(-) Ajuste de Perdas de Divida Ativa Não Tributária	(282.178.448,86)	-			
Empréstimos e Financiamentos	48.921.402,84	49.385.516,08			
Créditos Diversos a Receber	4.713.924,80	4.542.192,67			
Valores	511.127.960,26	263.490.443,18			
Participações Societárias	511.127.960,26	263.490.443,18			
Estoques	17.632.134,22	17.831.998,29			
SOMA DO ATIVO REAL	5.247.386.951,68	4.422.864.590,53	SOMA DO PASSIVO REAL	1.928.898.274,81	1.600.844.860,23
			SALDO PATRIMONIAL	3.318.488.676,87	2.822.019.730,30
			Ativo Real Líquido	3.318.488.676,87	2.822.019.730,30
ATIVO PERMANENTE	668.299.743,68	380.183.088,34	PASSIVO COMPENSADO	668.299.743,68	380.183.088,34
Responsabilidade por Valores, Títulos e Bens	305.359.289,22	246.734.115,40	Responsabilidade por Valores, Títulos e Bens	305.359.289,22	246.734.115,40
Responsabilidades de Terceiros	23.001.685,32	22.980.648,32	Responsabilidades de Terceiros	23.001.685,32	22.980.648,32
Responsabilidades com Terceiros	277.185.521,78	218.581.364,96	Responsabilidades com Terceiros	277.185.521,78	218.581.364,96
Diversos Responsáveis - Em apuração	5.172.102,12	5.172.102,12	Diversos Responsáveis - Em apuração	5.172.102,12	5.172.102,12
Outras Compensações	362.940.454,46	133.448.972,94	Outras Compensações	362.940.454,46	133.448.972,94
Benefic. de Sentenças Judiciais Incluídas na LOA	92.616.257,07	85.067.372,72	Benefic. de Sentenças Judiciais Incluídas na LOA	92.616.257,07	85.067.372,72
Benefic. de Sentenças Judiciais Ainda Não Incl. na LOA	228.077.064,02	14.450.421,60	Benefic. de Sentenças Judiciais Ainda Não Incl. na LOA	228.077.064,02	14.450.421,60
Passivo Atuarial - Lei Nº 510 de 2004	33.634.372,36	33.416.886,20	Passivo Atuarial - Lei Nº 510 de 2004	33.634.372,36	33.416.886,20
Diversos	8.612.761,01	514.292,42	Diversos	8.612.761,01	514.292,42
TOTAL DO ATIVO	5.915.686.695,36	4.803.047.678,87	TOTAL DO PASSIVO	5.915.686.695,36	4.803.047.678,87

Carlos Leonardo Ransan
Contador - CRC/RS 57.935/0-0

Jorge Luis Tonetto
Secretário da Fazenda

Jose Fontunari
Prefeito Municipal

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - ANEXO 15 DA LEI 4.320/64 - EXERCÍCIO 2014

TÍTULOS	Exercício Atual - R\$	Exercício Anterior - R\$	TÍTULOS	Exercício Atual - R\$	Exercício Anterior - R\$
VARIAÇÕES ATIVAS	8.547.875.090,47	7.659.063.354,07	VARIAÇÕES PASSIVAS	8.051.406.143,90	7.840.590.952,98
RESULTADO ORÇAMENTÁRIO	7.366.187.967,48	6.171.226.110,12	RESULTADO ORÇAMENTÁRIO	7.297.107.970,65	6.267.958.028,87
RECEITA REALIZADA	5.554.437.685,26	4.706.909.697,24	DESPESA ORÇAMENTÁRIA	5.285.049.459,40	4.856.089.198,80
Receitas Correntes	4.832.820.205,28	4.240.387.315,05	Despesas Correntes	4.722.847.124,33	4.246.556.324,40
Receita Tributária	1.682.295.385,04	1.526.357.657,92	Pessoal e Encargos Sociais	2.651.717.235,99	2.475.580.504,04
Receita de Contribuições	198.162.444,55	189.396.387,51	Juros e Encargos da Dívida	67.876.212,77	56.934.476,63
Receita Patrimonial	118.192.520,12	81.242.197,57	Outras Despesas Correntes	2.003.253.675,57	1.714.041.343,73
Receita Agropecuária	-	190,83	Despesas de Capital	582.202.335,07	609.532.874,40
Receita de Serviços	514.558.949,84	483.845.330,50	Investimentos	323.962.778,82	383.897.413,08
Transferências Correntes	2.219.562.129,41	1.966.718.200,48	Inversões Financeiras	163.470.479,86	150.219.999,46
Outras Receitas Correntes	324.392.002,78	207.706.978,79	Amortização da Dívida	74.769.076,39	75.415.461,86
(-) Deduções da Rec. Corrente	(224.343.226,46)	(214.879.628,55)	INTERFERÊNCIAS PASSIVAS	1.518.692.264,98	1.129.976.500,52
Receitas de Capital	385.135.635,79	154.682.406,63	Transferências Financ. Concedidas	1.518.692.264,98	1.129.976.500,52
Operações de Crédito	234.577.549,81	115.715.979,32	MUTAÇÕES PASSIVAS	493.366.246,27	281.892.329,55
Alienação de Bens	12.637.508,49	33.907.946,28	Desincorporações de Ativos	255.281.413,99	166.168.745,43
Amortização de Empréstimos	3.559.994,25	2.777.980,85	Alienação de Bens	100.875.449,87	25.724.177,55
Transferências de Capital	2.013.931,12	2.280.500,18	Bens Imóveis	100.309.059,87	25.396.877,55
Outras Receitas de Capital	132.346.652,12	-	Bens Móveis	566.390,00	327.300,00
Intra-Orçamentária	336.481.844,19	311.839.975,56	Liquidação de Créditos	154.405.964,12	140.444.567,88
Receitas Correntes Intra-orçamentárias	336.481.844,19	311.839.975,56	Empréstimos e Financiamentos	3.282.666,25	2.777.663,33
INTERFERÊNCIAS ATIVAS	1.518.692.264,98	1.129.976.500,52	Divida Ativa	151.120.679,86	137.666.904,55
Transferências Financ. Recebidas	1.518.692.264,98	1.129.976.500,52	Outras Liquidações de Ativos	2.618,01	-
MUTAÇÕES ATIVAS	293.058.017,24	334.339.912,36	Incorporação de Passivos	238.084.832,28	115.723.585,12
Incorporações de Ativos	216.856.725,85	260.555.328,92	Empréstimos/Financiamentos Contratados	238.084.832,28	115.723.585,12
Aquisição de Bens	216.856.725,85	260.555.328,92	RESULTADO EXTRA-ORÇAMENTÁRIO	754.298.173,25	1.572.632.924,11
Bens Imóveis	164.440.568,83	201.423.284,19	INTERFERÊNCIAS PASSIVAS	722.557,44	537.424,67
Bens Móveis	52.416.157,02	59.132.044,73	VARIAÇÕES PASSIVAS	753.575.615,81	1.572.095.499,44
Desincorporação de Passivos	76.201.291,39	73.784.583,44	Desincorporações de Ativos	418.024.239,71	833.918.794,29
Amortização de Divida de Oper. Crédito	59.457.067,42	57.639.393,87	Baixa de Bens Imóveis	29.354.549,81	23.685.316,31
Outras Desincorporações de Passivos	16.744.223,97	15.945.189,57	Baixa de Bens Móveis	39.393.589,29	45.878.149,77
			Outras Baixas de Valores	586.894,54	-
RESULTADO EXTRA-ORÇAMENTÁRIO	1.181.687.122,99	1.487.837.243,95	Divida Ativa - Cancelamento	346.715.277,17	761.586.418,93
INTERFERÊNCIAS ATIVAS	722.557,44	537.424,67	Baixa de Direitos	1.973.928,90	2.758.909,28
VARIAÇÕES ATIVAS	1.180.964.565,55	1.487.299.819,28	Ajustes de Bens, Valores e Créditos	69.539.750,47	70.818.652,85
Incorporações de Ativos	1.020.226.259,81	1.072.523.948,39	Desvalorização de Bens	2.352.229,64	3.351.913,87
Incorporação de Bens Imóveis	32.771.027,00	23.669.131,30	Desvalorização de Títulos e Valores	30.625.435,43	31.798.007,88
Incorporação de Bens Móveis	2.527.937,89	4.988.441,53	Depreciação, Amortização e Exaustão	36.562.085,40	35.688.731,10
Incorporação de Títulos e Valores	247.637.517,08	30.304.886,79	Incorporação de Passivos	210.132.169,64	621.682.477,65
Divida Ativa - Inscrição	733.984.444,42	1.013.222.632,47	Incorporação de Obrigações	210.132.169,64	621.682.477,65
Incorporação de Direitos	3.305.333,42	338.856,30	Operações de Crédito - Em Contratos	208.402,12	16.156,42
Ajustes de Bens, Valores e Créditos	35.929.129,38	18.732.496,27	Provisão	209.463.141,43	614.147.493,36
Valorização de Títulos e Valores	133.359,86	18.705.011,00	Outras Incorporações de Obrigações	460.626,09	7.518.827,87
Ajustes de Créditos	-	27.485,27	Ajustes de Obrigações	53.647.775,02	45.675.574,65
Outros Ajustes Patrimoniais	35.795.769,52	378.788.452,25	Atualização de Obrigações Internas	14.929.951,49	9.679.787,64
Desincorporação de Passivos	107.478.603,32	378.788.452,25	Atualização de Obrigações Externas	38.717.823,53	35.599.183,12
Desincorporação de Obrigações	107.478.603,32	378.788.452,25	Ajustes de Exercícios Anteriores	2.231.680,97	396.603,89
Operações de Crédito - Em Contratos	2.628.507,88	17.945,22			
Restos a Pagar	36.848.353,03	27.972.859,11			
Provisão	62.845.216,22	343.374.837,28			
Encargos Patronais - RPPS	-	-			
Outras Desincorporações de Obrigações	5.156.526,19	7.422.810,64			
Ajustes de Obrigações	15.524.142,71	17.254.922,37			
Deflação de Obrigações Internas	56.433,67	69.523,14			
Atualização de Obrigações Externas	15.467.709,04	17.185.399,23			
Ajustes de Exercícios Anteriores	1.806.430,33	181.527.598,91	SUPERÁVIT PATRIMONIAL	496.468.946,57	7.840.590.952,98
DEFICIT PATRIMONIAL	181.527.598,91	7.840.590.952,98	TOTAL GERAL	8.547.875.090,47	7.840.590.952,98

Carlos Leonardo Ransan
Contador - CRC/RS 57.935/0-0

Jorge Luis Tonetto
Secretário da Fazenda

Jose Fontunari
Prefeito Municipal

SIGLAS

ASPS

Ações e Serviços Públicos da Saúde

IPCA

Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo

FPM

Fundo de Participação dos Municípios

Fundeb

Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica

Fundef

Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental

ICMS

Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços

IPTU

Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana

IPVA

Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores

IRRF

Imposto de Renda Retido na Fonte

ISSQN

Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza

ITBI

Imposto sobre a transmissão *inter vivos*, por ato oneroso, de bens imóveis e de direitos reais a eles relativos

MDE

Manutenção e Desenvolvimento do Ensino

SUS

Sistema Único de Saúde

TCL

Taxa de Coleta de Lixo

CONCEITOS

Ativo Financeiro: Créditos e valores realizáveis independentemente de autorização orçamentária e valores numerários.

Ativo Permanente: Bens, créditos e valores cuja mobilização ou alienação depende de autorização legislativa.

Balço Público: Demonstrativo contábil que apresenta, num dado momento, a situação orçamentária, financeira ou patrimonial de uma entidade pública.

Despesa de Capital: Tem por propósito formar e/ou adquirir bens de capital de modo a contribuir para o incremento da capacidade produtiva do governo. Desdobra-se em investimento, inversão financeira e transferência de capital.

Despesa Corrente: Destina-se a promover a execução e a manutenção da ação governamental. Desdobra-se em despesa de custeio e transferência corrente.

Despesa Empenhada: Valor do orçamento público formalmente reservado (pela emissão do empenho) para compromissos assumidos com terceiros.

Despesa Liquidada: É a verificação do direito adquirido pelo credor de receber o pagamento. É o segundo estágio da execução da despesa, precedido do empenho e antecessor do pagamento.

Despesa Pública: Gasto do Estado com vista ao atendimento das necessidades coletivas e ao cumprimento das responsabilidades institucionais.

Dívida: Compromisso financeiro assumido perante terceiro.

Dívida Ativa: Créditos a receber derivados do não pagamento, pelos contribuintes, de tributos ou créditos públicos assemelhados, após apuradas liquidez e certeza.

Dívida Consolidada Líquida: Corresponde aos saldos das dívidas de longo e de curto prazos, deduzidas as disponibilidades financeiras.

Dívida Fundada: Compromissos de exigibilidade superior a doze meses, contraídos para atender a desequilíbrio orçamentário ou financiamento e obras e serviços.

Excesso de Arrecadação: O saldo positivo das diferenças acumuladas, mês a mês, entre a arrecadação prevista e a realizada, considerando-se, ainda, a tendência do exercício, segundo a definição do art. 43, § 3º, da Lei Federal nº. 4.320, de 17 de março de 1964.

Operação de Crédito: Obtenção de recursos mediante empréstimos pela administração pública.

Orçamento Público: Instrumento pelo qual o governo estima as receitas e fixa as despesas para poder controlar as finanças públicas e executar as ações governamentais, ensejando o objetivo estatal do bem comum.

Passivo Financeiro: Compreende os compromissos exigíveis cujo pagamento independe de autorização orçamentária.

Passivo Permanente: Compreende as dívidas fundadas e outras que dependem de autorização legislativa para amortização ou resgate.

Receita Corrente: Compreende operações de obtenção de recursos financeiros que se destinem, entre outras, às aplicações de manutenção e funcionamento das atividades meio e fim.

Receita Corrente Líquida: É o somatório das receitas tributárias municipais, de contribuições, patrimoniais, industriais, agropecuárias e de serviços, transferências correntes e outras receitas correntes, exceto a contribuição dos servidores para o custeio do seu sistema de previdência e as receitas provenientes da compensação financeira.

Receita de Capital: Compreende as receitas provenientes da conversão de bens e direitos em espécie, do recebimento de amortizações

CONCEITOS

de empréstimos anteriormente concedidos e da contratação de empréstimos a longo prazo e outros.

Restos a Pagar: Despesas empenhadas, mas não pagas, até 31 de dezembro, distinguindo-se as processadas (despesas empenhadas e liquidadas) das não processadas (despesas apenas empenhadas e aguardando a liquidação).

Resultado Nominal: Representa a diferença da dívida consolidada líquida até o exercício, em comparação ao ano anterior. Quanto maior for o valor negativo de resultado nominal, maior será a redução no estoque da dívida do município.

Resultado Patrimonial: É a diferença obtida entre o Ativo Real (Ativo Financeiro + Ativo Permanente) e o Passivo Real (Passivo Financeiro + Passivo Permanente).

Resultado Primário: Corresponde à diferença entre as receitas e as despesas não financeiras.

Subvenção Social: Recursos transferidos a instituições públicas ou privadas, de caráter assistencial ou cultural, sem finalidade lucrativa.

Superávit orçamentário: É a diferença entre a receita arrecadada e a despesa empenhada.

Superávit Financeiro: Diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro, conjugando-se, ainda, os saldos dos créditos adicionais e as operações de créditos a eles vinculados.

EXPEDIENTE

Publicação Prefeitura Municipal de Porto Alegre
Secretaria Municipal da Fazenda (SMF)

Conteúdo: Controladoria-Geral do Município

Edição: Assessoria de Comunicação Social (SMF)

Planejamento Gráfico e Editoração Eletrônica: Centro

Tiragem: 300 exemplares

Impressão: Ideograf Gráfica e Editora

